

TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS
DA 35ª E 36ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA



LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 19.851.496/0001-35

25 de junho de 2020

7

TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

PARTES

Pelo presente instrumento particular, as partes:

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 e 403, Centro Cívico, CEP 80530-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.851.496/0001-35, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente como “Emissora” e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário” ou “Instituição Custodiante”, conforme o caso;

FIRMAM o presente “*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários*” (“Termo de Securitização” ou “Termo”), para vincular os Créditos Imobiliários aos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI da 35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão da Emissora, de acordo com o artigo 8º da Lei nº 9.514/97, a Instrução CVM nº 414, a Instrução CVM nº 476 e as cláusulas abaixo redigidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos, sem prejuízo daqueles que forem estabelecidas no corpo do presente Termo de Securitização, e os instrumentos abaixo listados, terão, no singular ou no plural, os significados que lhes são aqui atribuídos quando iniciados com letra inicial maiúscula no corpo deste instrumento e descrevem os termos e demais condições da presente emissão:

“Administradora de Créditos” ou “Servicer”: **ETHOS SERVICER LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 e 403, Centro Cívico, CEP 80530-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.782.263/0001-00, responsável pelos serviços de administração, acompanhamento, back-up eletrônico e gestão dos Créditos Imobiliários, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Contrato de Servicing;

“Adquirentes”: Os compradores dos Lotes e devedores dos Contratos de Compra e Venda, podendo ser pessoas naturais e/ou jurídicas;

“Agente Fiduciário”: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo;

“Alienação Fiduciária”: “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Lotes em Garantia*”,

firmado nesta data entre a Cessionária e a Cedente, por meio do qual os Lotes dos Empreendimentos serão alienados fiduciariamente, sob condição suspensiva, à Cessionária em garantia do cumprimento das Obrigações Afiançadas da Cedente;

“Anexos”: Quando em conjunto “Anexo I”, “Anexo II”, “Anexo III”, “Anexo IV” e “Anexo V”, respectivamente, (i) Lista de CCIs - Descrição dos Créditos Imobiliários, (ii) Declaração da Instituição Custodiante, (iii) Declaração da Emissora, (iv) Declaração do Agente Fiduciário, e (v) Curva de amortização dos CRI na Data de Emissão;

“Assembleia Geral”: A assembleia geral de Titulares dos CRI, convocada e instalada na forma da Cláusula 14 abaixo;

“Banco Depositário”: **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041 e n.º 2235 – Bloco A, contratado pela Emissora para desempenhar as atribuições de depositário da Conta de Depósito;

“Banco Liquidante”: **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Vila Yara, contratado pela Emissora para operacionalizar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos Titulares dos CRI, executados por meio do sistema da B3, conforme o caso, nos termos aqui previstos;

“Boletins de Subscrição”: Os boletins de subscrição por meio dos quais os Investidores subscreverão os CRI e formalizarão sua adesão aos termos e condições deste Termo;

“B3”: Significa a **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de depositária de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, CEP 01010-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.346.601/0001-25, a qual disponibiliza sistema de registro e de liquidação financeira de ativos financeiros autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela CVM;

“CCI”: Em conjunto, as CCI 23ª e 24ª e as CCI 35ª e 36ª;

“CCI 23ª e 24ª”: As Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais que foram emitidas com Garantia Real, e posteriormente aditadas, sob a forma escritural pela Emissora, representando 100% (cem por cento) dos Créditos Imobiliários 23ª e 24ª, decorrentes dos Contratos de Compra e Venda, que serão vinculados à presente Emissão uma vez resgatados os CRI 23 e 24;

“CCI 35ª e 36ª”: As Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais sem Garantia Real, emitidas sob a forma escritural pela Emissora, representando 100% (cem por cento) dos Créditos Imobiliários 35ª e 36ª, decorrentes dos Contratos de Compra e Venda;

“Cedente”: **MASCOR IMÓVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na rua Paraná, 4759, sala 01, Centro, CEP 85.810-011, inscrita no CNPJ/MF 04.093.718/0001-20;

“Cessão Fiduciária”: *“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia”*, celebrado nesta data, entre a Emissora e a Cedente, por meio do qual a Cedente, em garantia do cumprimento das Obrigações Afiançadas, (i) cedeu fiduciariamente à Emissora a totalidade dos direitos sobre a Conta de Depósito, e (ii) cedeu fiduciariamente à Cessionária a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

“Cessionária”: **LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S/A.**, qualificada no preâmbulo;

“Condição Suspensiva”: parte dos Lotes dos Empreendimentos estão, na presente data, alienados fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela Cedente no âmbito dos CRI 23 e 24. Sendo assim, a alienação fiduciária de parte dos Lotes dos Empreendimentos prevista na Alienação Fiduciária ficará condicionada ao resgate antecipado total dos CRI 23 e 24;

“Condições Precedentes”: Condições previstas na Cláusula 2.3 do Contrato de Cessão, que devem ser previamente atendidas para que a Cedente faça jus ao pagamento do valor da cessão pela Emissora;

“Conta Centralizadora”: A conta corrente 2.419-8, mantida junto a agência 6349 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Emissora, na qual os valores correspondentes aos Créditos Imobiliários serão recebidos por meio de transferência da Conta de Depósito, para fazer frente as obrigações previstas neste CRI. Referida conta será compartilhada com os CRI 23 e 24, até o resgate dos mesmos;

“Conta de Depósito”: A conta de depósito 130639657, mantida junto a agência 2271 do Banco Depositário, de titularidade da Cedente, mas de movimentação exclusiva da Emissora, na qual os Créditos Imobiliários serão depositados para serem transferidos para a Conta Centralizadora. Referida conta será compartilhada com os CRI 23 e 24, até o resgate dos mesmos;

“Conta do Fundo de Reserva”: A conta corrente nº 2.420-1, mantida junto a agência 6349 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Emissora, na qual serão depositados os recursos para constituição de fundo de reserva, destinado ao pagamento das obrigações indicadas na Ordem de Pagamentos, definida no item 10.1 deste Termo, na hipótese de insuficiência de recursos originados do pagamento dos Créditos Imobiliários para o cumprimento das referidas obrigações. Referida conta será compartilhada com os CRI 23 e 24, até o resgate dos mesmos;

“Contas da Operação”: Em conjunto, a Conta Centralizadora, a Conta de Depósito e a Conta do Fundo de Reserva, as quais permanecerão permanentemente disponíveis para consulta da Cedente ou da Emissora, conforme o caso;

"Contrato de Cessão": Em conjunto, o Contrato de Cessão 23ª e 24ª, conforme aditado, e Contrato de Cessão 35ª e 36ª;

"Contrato de Cessão 23ª e 24ª": "Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças", celebrado em 18 de maio de 2018 e aditado nesta data, entre a Emissora, a Cedente e os Fiadores, por meio do qual a Cedente cedeu à Emissora os Créditos Imobiliários 23ª e 24ª;

"Contrato de Cessão 35ª e 36ª": "Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças", celebrado nesta data, entre a Emissora, a Cedente e os Fiadores, por meio do qual a Cedente cedeu à Emissora os Créditos Imobiliários 35ª e 36ª;

"Contratos de Compra e Venda": Em conjunto, cada um dos Contrato Particular de Reserva de Imóvel ou Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda referentes à cada um dos lotes vendidos dos Empreendimentos;

"Contrato de Depósito": "Contrato de Depósito", firmado em 06 de maio de 2019 entre a Emissora, o Banco Depositário e a Cedente, por meio do qual a Emissora tem o direito exclusivo de movimentar a Conta de Depósito de titularidade da Cedente, a ser aditado até 31 de julho de 2020 para refletir as informações e os prazos da Emissão;

"Contrato de Servicing": "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Créditos Imobiliários", celebrado nesta data, entre a Emissora, a Servicer e a Cedente como interveniente anuente;

"Coordenador Líder": A própria Emissora será a responsável pela distribuição dos CRI;

"Créditos Imobiliários": Em conjunto, os Créditos Imobiliários 23ª e 24ª e os Créditos Imobiliários 35ª e 36ª;

Créditos Imobiliários 23ª e 24ª: Os direitos creditórios devidos pelos Adquirentes dos Contratos e Compra e Venda, representados pelas CCI 23ª e 24ª, que se obrigaram a pagar à Cedente o respectivos valores de principal, bem como a totalidade dos acessórios, tais como atualização monetária, juros, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, em especial a integralidade da indenização por rescisão contratual devida pelos Adquirentes, seguros, taxa de administração de créditos, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos respectivos Contratos de Compra e Venda, e que foram cedidos pela Cedente à Cessionária, nos termos do Contrato de Cessão 23ª e 24ª, que serão vinculados à presente Emissão uma vez resgatados os CRI 23ª e 24ª;

"Créditos Imobiliários 35ª e 36ª": Os direitos creditórios devidos pelos Adquirentes dos Contratos e Compra e Venda, representados pelas CCI 35ª e 36ª, que se obrigaram a pagar à Cedente o respectivos valores de principal, bem como a totalidade dos acessórios, tais como atualização

monetária, juros, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, em especial a integralidade da indenização por rescisão contratual devida pelos Adquirentes, seguros, taxa de administração de créditos, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos respectivos Contratos de Compra e Venda, e que foram cedidos pela Cedente à Cessionária, nos termos do Contrato de Cessão 35ª e 36ª;

“CRI”: Os certificados de recebíveis imobiliários da 35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão da Emissora emitidos com lastro nos Créditos Imobiliários, nos termos dos artigos 6º a 8º da Lei nº 9.514/97;

“CRI 23 e 24”: Os certificados de recebíveis imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da Emissora emitidos com lastro nos Créditos Imobiliários 23ª e 24ª Séries, nos termos dos artigos 6º a 8º da Lei nº 9.514/97;

“CRI em Circulação”: Para fins de quórum, todo(s) o(s) CRI em circulação no mercado, excluídos os CRI que por ventura estejam em posse da Cedente e/ou da Emissora, assim como os CRI que tenham como titular qualquer pessoa natural ou jurídica, bem como fundo de investimento que: (i) controle a Cedente e/ou a Emissora; (ii) seja controlada pela Cedente e/ou pela Emissora; (iii) esteja sob o mesmo controle que a Cedente e/ou a Emissora; (iv) seja coligada com a Cedente; (v) detenha os CRI por conta da Cedente e/ou da Emissora ou de qualquer forma represente a Cedente e/ou a Emissora;

“CRI Seniores”: São os CRI da 35ª Série da 1ª Emissão da Emissora. Os CRI Seniores têm preferência no recebimento de atualização monetária, juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRI Subordinados, sendo que as despesas de responsabilidade do Patrimônio Separado, previstas na Cláusula 15.1 deste Termo de Securitização, são pagas antes que os CRI Seniores, de acordo com a Ordem de Pagamentos, definida na Cláusula 10.1 deste Termo de Securitização, observado o disposto na Cláusula 6.2 deste Termo referente aos eventos de amortização extraordinária;

“CRI Subordinados”: São os CRI da 36ª Série da 1ª Emissão da Emissora. Os CRI Subordinados recebem atualização monetária, juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, somente após o pagamento dos CRI Seniores, de acordo com a Ordem de Pagamentos, definida na Cláusula 10.1 deste Termo de Securitização, observado o disposto na Cláusula 6.2 deste Termo de Securitização referente aos eventos de amortização extraordinária;

“CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;

“Custo de Administração”: A remuneração mensal de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), acrescida dos valores dos tributos que incidem sobre a prestação desses serviços (pagamento com *gross up*), a ser paga pelo Patrimônio Separado, nos mesmos dias dos eventos dos CRI, que a Emissora faz jus em razão da administração do Patrimônio Separado;

“Data de Aniversário”: Considera-se data de aniversário o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira Data de Aniversário o dia 20 de julho de 2020;

7

“Data de Emissão”: A data de emissão dos CRI objeto da presente Emissão, correspondente, para todos os efeitos legais, a 25 de junho de 2020;

“Data de Vencimento Final CRI Senior”: 20 de maio de 2025;

“Data de Vencimento Final CRI Subordinado”: 20 de maio de 2026;

“Dia Útil”: Segunda a sexta-feira, exceto feriados declarados nacionais, para os pagamentos que forem realizados através da B3, ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na sede da Emissora, sem prejuízo do conceito de “dia útil” utilizado pela B3;

“Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente”: Os direitos creditórios futuros oriundos da futura comercialização de Lotes, conforme descritos no Anexo B à Cessão Fiduciária, a serem cedidos fiduciariamente à Emissora pela Cedente;

“Documentos da Emissão”: Em conjunto, o Contrato de Cessão; a Escritura de Emissão de CCI; o presente Termo; a Alienação Fiduciária; o Contrato de Depósito (a ser aditado); a Cessão Fiduciária; o Contrato de *Servicing*; e os Boletins de Subscrição, bem como todos os seus aditamentos e demais documentos relacionados à Emissão, quando mencionados em conjunto;

“Emissão”: A 35ª e 36ª Séries, da 1ª Emissão de CRI da Emissora, que será realizada nos termos da Instrução CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476;

“Empreendimentos”: Em conjunto, o Empreendimento Residencial Florença, o Empreendimento Residencial Verona, o Empreendimento Loteamento Nova Veneza, o Empreendimento Residencial Siena e o Empreendimento Residencial Positano;

“Empreendimento Residencial Florença”: Empreendimento imobiliário denominado “Residencial Florença”, desenvolvido pela Cedente sob a forma de loteamento, nos termos da Lei nº 6.766/79, registrado na matrícula nº 26.688 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná;

“Empreendimento Residencial Verona”: Empreendimento imobiliário denominado “Residencial Verona”, desenvolvido pela Cedente, registrado na matrícula nº 44.594 do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná;

“Empreendimento Loteamento Nova Veneza”: Empreendimento imobiliário denominado “Residencial Nova Veneza” desenvolvido pela Cedente sob a forma de loteamento, nos termos da Lei nº 6.766/79, registrado na matrícula nº 50.410 do 3º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná;

“Empreendimento Residencial Siena”: Empreendimento imobiliário denominado “Residencial Siena” desenvolvido pela Cedente, sob a forma de loteamento, nos termos da Lei nº 6.766/79, registrado na matrícula nº 78.666 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel,

Estado do Paraná;

“Empreendimento Residencial Positano”: Empreendimento imobiliário denominado “Residencial Positano” desenvolvido pela Cedente, sob a forma de loteamento, nos termos da Lei nº 6.766/79, registrado na matrícula nº 82.319 do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná;

“Escritura de Emissão de CCI”: Em conjunto, a Escritura de Emissão de CCI 23ª e 24ª, conforme aditada, e a Escritura de Emissão de CCI 35ª e 36ª;

“Escritura de Emissão de CCI 23ª e 24ª”: “*Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais, Sob a Forma Escritural, com Garantia Real,*” firmado em 18 de maio de 2018 e aditado nesta data, entre a Emissora e a Instituição Custodiante, por meio do qual as CCI 23ª e 24ª foram emitidas pela Emissora para representar os Créditos Imobiliários 23ª e 24ª;

“Escritura de Emissão de CCI 35ª e 36ª”: “*Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais, Sob a Forma Escritural, sem Garantia Real,*” firmado nesta data, entre a Emissora e a Instituição Custodiante, por meio do qual as CCI 35ª e 36ª foram emitidas pela Emissora para representar os Créditos Imobiliários 35ª e 36ª;

“Fiadores”: **Mascarello Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na Avenida Aracy Tanaka Biazetto, 16550, sala 01, Santos Dumont, CEP 85.804-605, inscrita no CNPJ/MF 10.904.181/0001-34; **Vivian Mascarello Sperafico**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.054.935-2 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 036.279.949-06, residente e domiciliada na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na rua Engenheiro Rebouças nº 2828, apartamento 1501, Centro; **Kelly Mascarello Muffato**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.054.931-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 005.907.519-80, residente e domiciliada na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na rua Osvaldo Cruz nº 1931, Centro; e **Iracele Maria Crespi Mascarello**, brasileira, separada judicialmente, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.093.484-2 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 524.568.629-53, residente e domiciliada na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, na rua Pará nº 2500, Centro;

“Fianças”: em conjunto: **(i)** a fiança prestada pelos Fiadores em favor da Emissora, com renúncia expressa ao benefício de ordem e a outros benefícios previstos na legislação em vigor, para garantir o cumprimento, na condição de fiadora e principal pagadora de todas as Obrigações Afiançadas da Cedente; e **(ii)** a fiança prestada pelos Fiadores em favor dos Titulares dos CRI, com renúncia expressa ao benefício de ordem e a outros benefícios previstos na legislação em vigor, para garantir o cumprimento, na condição de fiadores e principais pagadores de todas as Obrigações Afiançadas da Cessionária;

“Fundo de Reserva”: Conforme definido na Cláusula 8.1.2 deste Termo;

7

“Garantias”: Em conjunto, (i) a Cessão Fiduciária, (ii) a Alienação Fiduciária, (iii) o Regime Fiduciário, (iv) o Fundo de Reserva; e (v) as Fianças e outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas no âmbito desta Emissão;

“IGP-M/FGV”: Índice Geral de Preços - Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

“Instituição Custodiante”: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo;

“Instrução CVM nº 409”: A Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento;

“Instrução CVM nº 414”: A Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, que dispõe sobre o registro de companhia aberta para companhias securitizadoras de créditos imobiliários e de oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI;

“Instrução CVM nº 476”: A Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados;

“Instrução CVM nº 539”: A Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, que dispõe sobre o dever de suitability e contém as definições de investidor qualificado e do investidor profissional;

“Instrução CVM nº 583”: A Instrução da CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o exercício da função de agente fiduciário;

“Investidor(es)” ou “Titular(es) dos CRI”: Os subscritores ou adquirentes dos CRI emitidos nos termos da presente Emissão;

“Juros Remuneratórios CRI Seniores”: Tem o significado atribuído no item 5.2.1 deste Termo de Securitização;

“Juros Remuneratórios CRI Subordinados”: Tem o significado atribuído no item 5.2.2 deste Termo de Securitização;

“Juros Remuneratórios”: Os Juros Remuneratórios CRI Seniores e os Juros Remuneratórios CRI Subordinados, quando mencionados em conjunto;

“Lei nº 10.931/04”: A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, que dispõe, *inter alia*, sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário e Cédula de Crédito Bancário;

“Lei das Sociedades por Ações”: A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que dispõe sobre as sociedades por ações;

“Lei nº 6.766/79”: A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, conforme alterada, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências;

“Lei nº 9.514/97”: A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências;

“Lotes”: São as unidades autônomas residenciais integrantes dos Empreendimentos, objeto dos Contratos de Compra e Venda, bem como quaisquer outras unidades autônomas residenciais integrantes dos Empreendimentos objeto da Alienação Fiduciária, que venham a ser comercializados, incluindo contratos oriundos de unidades imobiliárias recolocadas em estoque, inerentes à presente Emissão, as quais se encontram descritas na Escritura de Emissão de CCI, ou em seus futuros aditamentos;

“Lotes Alienados Fiduciariamente”: Os Lotes objeto dos Contrato de Compra e Venda, ou que venham a ser comercializados, incluindo contratos oriundos de unidades imobiliárias recolocadas em estoque, que foram alienados fiduciariamente à Emissora pela Cedente, conforme descritos no Anexo 1.1 da Alienação Fiduciária;

“Obrigações Afiançadas”: Em conjunto, as Obrigações Afiançadas da Cessionária e as Obrigações Afiançadas da Cedente;

“Obrigações Afiançadas da Cessionária”: Obrigações pecuniárias, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela Cessionária perante os Titulares dos CRI, o Agente Fiduciário e a Instituição Custodiante, sobretudo, mas não se limitando a, aquelas referentes ao pagamento de juros e amortização dos CRI nos termos deste Termo, remuneração e despesas do Agente Fiduciário e da Instituição Custodiante;

“Obrigações Afiançadas da Cedente”: Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cedente no Contrato de Servicing, no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Emissão e em suas posteriores alterações, incluindo, mas não se limitando, ao eventual pagamento do Preço de Retrocessão, na forma, valores e demais condições aqui ajustadas, inclusive em virtude da ocorrência de qualquer Eventos de Retrocessão;

“Oferta Restrita”: A distribuição pública dos CRI, com esforços restritos de distribuição, a ser realizada em conformidade com a Instrução CVM nº 476, a qual está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º, da Instrução CVM nº 476;

“Ordem de Pagamentos”: Conforme definido na Cláusula 10.1 deste Termo;

“Patrimônio Separado”: Patrimônio constituído pelos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, após a instituição do regime fiduciário, pelas Garantias, pela Conta Centralizadora. O Patrimônio Separado não se confunde com o patrimônio comum da Emissora, e se destina exclusivamente à liquidação dos CRI a que está afetado, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração, obrigações fiscais e demais despesas a serem pagas pelo Patrimônio Separado, conforme especificado nos Documentos da Emissão;

“Período de Arrecadação”: O período compreendido entre os dias 1º (primeiro) e o último Dia Útil de cada mês;

“Preço de Retrocessão”: Conforme definido no subitem 8.1.3.2. deste Termo;

“Regime Fiduciário”: O regime fiduciário instituído nesse Termo, na forma do artigo 9º e seguintes da Lei 9.514/97, sobre os Créditos Imobiliários representados pelas CCI, as Garantias, a Conta Centralizadora, que se sujeitarão às seguintes condições: **(i)** constituirão Patrimônio Separado, que não se confunde com o da Emissora ; **(ii)** manter-se-ão apartados do patrimônio da Emissora até que se complete o resgate de todos os títulos da série a que estejam afetados; **(iii)** destinar-se-ão exclusivamente à liquidação dos títulos a que estiverem afetados, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais; **(iv)** estarão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora ; **(v)** não serão passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer dos credores da Emissora , por mais privilegiados que sejam; e **(vi)** só responderão pelas obrigações inerentes aos títulos a eles afetados;

“Relatórios Mensais”: São os relatórios mensais a serem fornecidos pela Cedente à Emissora, nos termos do Contrato de Servicing, os quais deverão ser fornecidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente, ou primeiro Dia Útil subsequente, caso o dia 10 não seja Dia Útil, que conterão, as seguintes informações referentes aos Empreendimentos: (i) quantidade de compromissos/contratos de venda e compra celebrados (no mês e acumulado), devendo discriminar os mesmos; (ii) quantidade de distratos de compromissos/contratos de venda e compra celebrados (no mês e acumulado), devendo discriminar os mesmos; (iii) total de unidades em estoque; (iv) discriminação, por contrato celebrado, dos montantes pagos no mês e dos montante eventualmente inadimplidos; (v) informações sobre renegociações; (vi) valor de venda, líquido de prêmios e comissões, e metragem de cada unidade comercializada no mês e fluxo de recebimento contratado;

“Resolução CMN nº 2.517/98”: Resolução nº 2.517, de 29 de junho de 1998, editada pelo Conselho Monetário Nacional;

“Retrocessão”: A obrigação assumida pela Cedente conforme a Cláusula 8.1.3 abaixo e a Cláusula Quarta do Contrato de Cessão;

"Servicer": ETHOS SERVICER LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 e 403, Centro Cívico, CEP 80530-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.782.263/0001-00;

"Tabelas Vigentes": As curvas de amortização dos CRI. Inicialmente as tabelas vigentes são as tabelas constantes do Anexo V-A (CRI Seniores) e V-B (CRI Subordinados) deste Termo, que poderão ser alteradas ao longo da operação para refletir eventuais alterações no fluxo de amortização dos CRI;

"Termo de Securitização" ou "Termo": O presente Termo de Securitização de Créditos Imobiliários; e

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

2.1. A Emissora, realiza, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a vinculação dos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, aos CRI da 35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão, conforme as características descritas na Cláusula 3 abaixo.

2.1.1. As características dos Créditos Imobiliários vinculados a este Termo, tais como identificação dos Adquirentes, valor devido, Lote a que estão vinculados, indicação e condições pertinentes ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, encontram-se descritos e individualizados no Anexo I deste Termo.

2.1.2. Os Créditos Imobiliários vinculados ao presente Termo encontram-se representados pelas CCI, integrais, sem garantia real, emitidas pela Emissora sob a forma escritural, na forma da Lei nº 10.931/04.

2.1.3. A vinculação dos Créditos Imobiliários ao presente Termo e, conseqüentemente, ao Patrimônio Separado, não será, de qualquer forma, afetada ou prejudicada na hipótese de os Adquirentes optarem por realizar pagamento antecipado dos créditos imobiliários oriundos dos Contratos de Compra e Venda, com recursos próprios ou por meio de financiamento imobiliário perante instituição financeira. Nos casos em que os Adquirentes optarem por realizar pagamento antecipado dos créditos imobiliários oriundos dos Contratos de Compra e Venda, a Emissora deverá utilizar os recursos decorrentes desse evento para amortização extraordinária ou resgate antecipado dos CRI, observada a Ordem de Pagamentos, na mesma data de pagamento dos CRI em relação aos valores arrecadados no Período de Arrecadação imediatamente anterior.

2.1.4. A Escritura de Emissão de CCI será custodiada pela Instituição Custodiante, nos termos do §4º do artigo 18 da Lei nº 10.931/04.

2.2. O Regime Fiduciário, instituído pela Emissora por meio deste Termo, será registrado na Instituição Custodiante das CCI, nos termos do artigo 23, parágrafo único, da Lei nº 10.931/04,

7

através da declaração que constitui o Anexo II a este Termo de Securitização.

2.3. A Emissora declara que foram vinculados ao presente Termo de Securitização, Créditos Imobiliários de sua titularidade, no valor nominal total, conforme presente no Anexo I, na data de emissão dos CRI.

2.4. Pelas cessões dos Créditos Imobiliários, a Cessionária pagará à Cedente, uma vez atendidas as Condições Precedentes, o valor certo e ajustado de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a ser pago na forma do Contrato de Cessão (“Valor da Cessão”).

2.4.1. Não obstante o disposto na Cláusula 2.4 acima, a Cessionária e a Cedente concordam que após a amortização integral dos CRI, e o pagamento integral das obrigações do Patrimônio Separado (incluindo os prestadores de serviço), a totalidade dos Créditos Imobiliários remanescentes e dos recursos deles decorrentes, se houver, será restituído à Cedente, resolvendo-se a cessão objeto do Contrato de Cessão em relação aos referidos Créditos Imobiliários remanescentes.

2.5. Observadas as disposições do Contrato de Cessão, a administração e cobrança dos Créditos Imobiliários serão inicialmente exercidas pela Cedente até a amortização integral dos CRI, e o pagamento integral das obrigações do Patrimônio Separado (incluindo os prestadores de serviço).

CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DOS CRIS

3.1. Com lastro nos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, serão emitidos os CRI que possuem as seguintes características:

35ª Série - CRI Seniores	36ª Série - CRI Subordinados
1. Emissão 1ª;	1. Emissão 1ª;
2. Série 35ª;	2. Série 36ª;
3. Quantidade de CRI Seniores: 85.000.000 (oitenta e cinco milhões);	3. Quantidade de CRI Seniores: 15.000.000 (quinze milhões);
4. Valor Global da Série: R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais);	4. Valor Global da Série: R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1,00 (um real);	5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1,00 (um real);
6. Prazo de Amortização: Conforme curva de amortização indicada no	6. Prazo de Amortização: Conforme curva de amortização indicada no

7

Anexo V-A, sendo o primeiro pagamento de amortização em 20 de outubro de 2020 e o último em 20 de maio de 2025;	Anexo V-B, sendo o primeiro pagamento de amortização em 20 de maio de 2025 e o último em 20 de maio de 2026;
7. Índice de Atualização Monetária: IGP-M/FGV;	7. Índice de Atualização Monetária: IGP-M/FGV;
8. Juros Remuneratórios CRI Seniores: a taxa de juros aplicável aos CRI Seniores será de 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias;	8. Juros Remuneratórios CRI Subordinados: a taxa de juros aplicável aos CRI Subordinados será de 13,38% (treze inteiros e trinta e oito centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias;
9. Periodicidade de Pagamento de Amortização e Juros Remuneratórios CRI Seniores: mensal, os juros serão incorporados no período de 20 de julho de 2020 e 20 de setembro de 2020, sendo o primeiro pagamento de juros em 20 de outubro de 2020 e o primeiro pagamento de amortização em 20 de outubro de 2020;	9. Periodicidade de Pagamento de Amortização e Juros Remuneratórios CRI Subordinados: mensal, os juros serão incorporados no período de 20 de julho de 2020 e 20 de setembro de 2020, sendo o primeiro pagamento de juros em 20 de outubro de 2020 e o primeiro pagamento de amortização em 20 de maio de 2025;
10. Regime Fiduciário: Sim;	10. Regime Fiduciário: Sim;
11. Ambiente de depósito, distribuição, negociação e liquidação financeira na B3;	11. Ambiente de depósito, distribuição, negociação e liquidação financeira na B3;
12. Data de Emissão: 25 de junho de 2020;	12. Data de Emissão: 25 de junho de 2020;
13. Local de Emissão: Curitiba-PR;	13. Local de Emissão: Curitiba-PR;
14. Data de Vencimento Final: 20 de maio de 2025;	14. Data de Vencimento Final: 20 de maio de 2026;
15. Taxa de Amortização: Variável, de acordo com a tabela de amortização constante do Anexo V-A deste Termo de Securitização.	15. Taxa de Amortização: Variável, de acordo com a tabela de amortização constante do Anexo V-B deste Termo de Securitização.
16. Garantias: Conforme Cláusula 8 abaixo;	16. Garantias: Conforme Cláusula 8 abaixo;

3.2. Os CRI desta Emissão não possuirão classificação de risco.

CLÁUSULA QUARTA - DA DISTRIBUIÇÃO E DO PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

4.1. Os CRI serão depositados para distribuição primária e negociação secundária na B3, sendo a distribuição dos CRI realizada em regime de melhores esforços pela própria Emissora.

4.2. A Oferta Restrita é destinada apenas a investidores profissionais ("Investidores"), nos termos da Instrução CVM nº 539.

4.2.1. Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 476/09, os CRI desta Emissão serão ofertados a, no máximo, 75 (setenta e cinco) investidores e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores.

4.3. Nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM nº 476, o início da Oferta deverá ser informado pela Emissora, à CVM, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da primeira procura a potenciais Investidores, por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores ou mediante protocolo físico, no caso de indisponibilidade de acesso à página da CVM na rede mundial de computadores.

4.3.1. A Oferta Restrita será registrada pela Emissora na ANBIMA, apenas para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 16 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", vigente desde 3 de junho de 2019 ("Código ANBIMA"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do envio do comunicado de encerramento da Oferta Restrita à CVM.

4.4. Os CRI serão subscritos e integralizados à vista pelos Investidores, devendo os respectivos subscritores, por ocasião da subscrição, fornecer, por escrito, as seguintes declarações:

- a) Ciência de que a Oferta Restrita não foi registrada na CVM;
- b) Ciência de que os CRI ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas na Instrução CVM nº 476; e
- c) Declaração do Investidor, nos termos do Anexo 9-A da Instrução CVM nº 554.

4.5. A Oferta Restrita será encerrada quando da subscrição e integralização da totalidade dos CRI pelos Investidores, ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de início da Oferta, o que ocorrer primeiro.

4.5.1. Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476, o encerramento da Oferta Restrita deverá ser informado pela Emissora à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do seu encerramento, devendo referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores e conter as informações

7

indicadas no Anexo 8 da Instrução CVM nº 476.

4.5.2. Caso a Oferta Restrita não seja encerrada dentro de 6 (seis) meses contados da data de seu início, a Emissora deverá realizar a comunicação prevista no subitem 4.5.1, acima, com os dados disponíveis à época, complementando-o semestralmente até o seu encerramento.

4.5.3. Os CRI não colocados no âmbito da Oferta Restrita poderão ser cancelados pela Emissora, devendo ser objeto de aditamento ao presente Termo.

4.5.4. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral para deliberar sobre alteração dos Documentos da Emissão para refletir o cancelamento dos CRI não colocados no âmbito da Oferta, caso a demanda apurada junto a investidores para a subscrição e integralização dos CRI ser inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

4.6. Os CRI da presente Emissão, ofertados nos termos da Oferta Restrita, somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada data de subscrição ou aquisição dos CRI pelos Investidores.

4.6.1. Após o prazo de 90 (noventa) dias descrito no item 4.6, os CRI adquiridos pelos Investidores somente poderão ser negociados pelos investidores antes de completados 18 (dezoito) meses do encerramento da distribuição, caso a negociação se dê entre os Investidores dos CRI, ou caso o Investidor aliene a totalidade dos CRI por ele subscritos, para um único investidor, nos termos do artigo 5, §5º, da Instrução CVM nº 414.

4.6.2. Os CRI da presente Emissão somente poderão ser negociados entre investidores qualificados, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476. No caso de negociação entre investidores não qualificados, os CRI só poderão ser negociados após a obtenção do registro de oferta pública perante a CVM nos termos do caput do artigo 21 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e presente prospecto da oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável e ainda sejam observadas as condições contidas no artigo 16 da Instrução CVM nº 414.

4.6.3. Não obstante o disposto no caput da Cláusula 4.6, bem como nas Cláusulas 4.6.1 e 4.6.2 acima, com objetivo de estimular as negociações e, conseqüentemente, fomentar a liquidez no mercado para contribuir na mitigação dos severos impactos para a atividade econômica que decorrem do Covid-19, a CVM suspendeu, através da Deliberação CVM nº 849 de 25 de março de 2020 ("Deliberação 849"), o art. 13 da Instrução CVM nº 476 que prevê que os valores mobiliários ofertados somente podem ser negociados depois de decorridos 90 dias de cada subscrição ou aquisição pelos investidores. A Deliberação 849 suspendeu os efeitos do prazo de lock up de negociação de 90 dias para os valores mobiliários objeto de cuja subscrição ou aquisição ocorra durante o período de vigência do item VIII da Deliberação 849, ou seja, de 1/4/2020 até o dia 1/8/2020 (inclusive), permanecendo válida a suspensão ainda que o lockup previsto no art. 13 da Instrução

CVM 476 ultrapasse o período de vigência da Deliberação 849.

4.7. Observado o item 4.6 acima, os CRI poderão ser negociados nos mercados de balcão organizado e não organizado, devendo a Emissora cumprir o disposto no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.

4.8. Os CRI serão subscritos e integralizados na forma do subitem 4.8.1 abaixo. O preço de integralização de cada um dos CRI será correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e Juros Remuneratórios a partir da data da primeira integralização da respectiva série ("Preço de Integralização"), ficando vedada a integralização com ágio ou deságio.

4.8.1. A integralização dos CRI será realizada em moeda corrente nacional, à vista, na data a ser informada pela Emissora no Boletim de Subscrição ("Data de Integralização"), pelo Preço de Integralização, e ficará condicionada ao cumprimento das condições previstas na Cláusula 2.3 do Contrato de Cessão, que devem ser previamente atendidas, para que a Cedente faça jus ao pagamento do Valor da Cessão pela Emissora.

4.8.2. O Boletim de Subscrição também irá prever, observado o prazo de distribuição, as datas para integralização dos CRI.

4.9. A integralização dos CRI será realizada observando-se os procedimentos estabelecidos pela B3.

4.10. Os CRI serão emitidos sob a forma nominativa e escritural. Serão reconhecidos como comprovante de titularidade (i) o extrato de posição de custódia expedido pela B3, em nome do respectivo Titular dos CRI, ou (ii) o extrato emitido pelo escriturador, a partir de informações que lhe forem prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da B3, considerando que a custódia eletrônica do CRI esteja na B3.

4.11. O Banco Liquidante será contratado pela Emissora para operacionalizar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos Titulares dos CRI, executados por meio do sistema da B3, conforme o caso.

CLÁUSULA QUINTA – CÁLCULO DO SALDO DEVEDOR COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, JUROS REMUNERATÓRIOS E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

5.1. O cálculo do valor nominal unitário dos CRI com atualização monetária será realizado da seguinte forma:

$$VNa = VNe \times C$$

VNa = Valor nominal unitário atualizado dos CRI. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário após a amortização ou

incorporação de juros, se houver, o que ocorrer por último. Valor em reais calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator da variação mensal do IGP-M/FGV, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left(\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right) \text{ ou } \left(1 + VA \right)^{\frac{dcp}{dct}}$$

NI_k = Valor do número índice do IGP-M/FGV, referente ao segundo mês imediatamente anterior ao mês da Data de Aniversário. Caso o índice ainda não tenha sido divulgado utilizar-se-á a VA. Por exemplo: para a primeira Data de Aniversário, qual seja, em 20 de julho de 2020 será utilizado o número índice referente ao mês de maio de 2020, que é divulgada em junho de 2020;

NI_{k-1} = Valor do número índice do IGP-M/FGV, referente ao mês anterior ao mês "k".

VA = Caso o número índice NI_k ainda não esteja disponível, utilizar-se-á a variação do IGP-M/FGV referente ao período anterior. A variação será utilizada provisoriamente para fins de cálculo, sendo certo que os valores de pagamento não serão ajustados no momento da divulgação do número índice NI_k .

dcp = Número de dias corridos entre a Data de Integralização ou a de aniversário imediatamente anterior e data de cálculo, sendo "dcp" um número inteiro.

dct = Número de dias corridos entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo "dct" um número inteiro.

Considera-se data de aniversário o dia 20 de cada mês;

5.2.1. Cálculo dos Juros Remuneratórios dos CRI Seniores:

$$J_i = VNa \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

J_i = Valor dos juros acumulados dos CRI na data de cálculo. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Conforme definido acima;

Fator de Juros = Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, parametrizado conforme definido a seguir:

7

$$\text{Fator de Juros} = \left\{ \left[(i + 1)^{\frac{30 \cdot dcp}{dct}} \right] \right\}$$

$i = 6,5000\%$ (seis inteiros e cinco mil milésimos por cento);

dcp = Número de dias corridos entre a Data de Integralização dos CRI Seniores ou a de aniversário imediatamente anterior e data de cálculo, sendo “ dcp ” um número inteiro.

dct = Número de dias corridos existente entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo dct um número inteiro.

5.2.2. Cálculo dos juros remuneratórios dos CRI Subordinados:

$$J_i = VNa \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

J_i = Valor dos juros acumulados dos CRI na data de cálculo. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Conforme definido acima;

Fator de Juros = Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, parametrizado conforme definido a seguir:

$$\text{Fator de Juros} = \left\{ \left[(i + 1)^{\frac{30 \cdot dcp}{dct}} \right] \right\}$$

$i = 13,3800\%$ (treze inteiros, três mil e oitocentos décimos milésimos por cento);

dcp = Número de dias corridos entre a Data de Integralização dos CRI Subordinados ou a de aniversário imediatamente anterior e data de cálculo, sendo “ dcp ” um número inteiro.

dct = Número de dias corridos existente entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo dct um número inteiro.

5.3. Cálculo da amortização mensal:

$$AM_i = VNa \times TA$$

AM_i = Valor unitário da i -ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = conforme definido acima;

TA = Taxa de Amortização, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais de acordo com a Tabela Vigente.

5.3.1. As Tabelas Vigentes inicialmente serão as constantes dos Anexos VI-A e VI-B deste Termo e poderão ser alteradas pela Emissora em função das amortizações extraordinárias. Na hipótese de amortização extraordinária dos CRI, a Emissora elaborará e disponibilizará ao Agente Fiduciário, sempre com cópia para a Cedente, um novo cronograma de amortização dos CRI, bem como atualizará o cadastro na B3, recalculando os percentuais de amortização das parcelas futuras, sendo tal fluxo considerado a Tabela Vigente.

5.4. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRI, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

5.5. Os prazos de pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRI devidas no mês em questão serão prorrogados pelo número de dias necessários para assegurar que, entre o recebimento e disponibilização dos recursos dos Créditos Imobiliários pela Emissora e o pagamento de suas obrigações referentes aos CRI, sempre decorram 5 (cinco) dias corridos, com exceção da data de vencimento.

5.5.1. A prorrogação prevista no item 5.5 acima se justifica em virtude da necessidade de haver um intervalo de pelo menos 5 (cinco) dias corridos entre o recebimento dos Créditos Imobiliários pela Emissora e o pagamento de suas obrigações referentes aos CRI, por essa razão não haverá qualquer remuneração dos valores recebidos pela Emissora durante a prorrogação ora mencionada.

CLÁUSULA SEXTA – AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO DOS CRIS

6.1. A Emissora deverá, observada a Cláusula 6.4 abaixo e a Ordem de Pagamento prevista no item 10.1 abaixo, promover a amortização extraordinária dos CRI.

6.2. A amortização extraordinária dos CRI será efetuada conforme a ordem prevista no item 10.1 abaixo e, sempre, proporcionalmente ao Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI Seniores e CRI Subordinados, considerando a atualização e a remuneração à época da amortização extraordinária, permanecendo inalterado seu prazo de vigência.

6.3. Na hipótese de antecipação por parte dos Adquirentes, Recompra Voluntária ou Retrocessão dos Créditos Imobiliários, bem como recebimento de recursos oriundos da venda de Lotes Alienados Fiduciariamente, a Emissora deverá utilizar os recursos decorrentes desses eventos para amortização extraordinária ou resgate antecipado dos CRI, observada a Ordem de Pagamentos, na mesma data de pagamento dos CRI em relação aos valores arrecadados no Período de Arrecadação imediatamente anterior.

6.4. A Cedente poderá, a qualquer momento após a Data da Emissão, notificar por escrito a Emissora informando que deseja realizar a recompra voluntária ("Recompra Voluntária") dos Créditos Imobiliários, a critério da Cedente, desde que a Cedente: (a) comunique à Emissora com prazo de 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data da realização da Recompra Voluntária; (b) pague o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI Seniores e CRI Subordinados, acrescido (i) da Remuneração desde a última Data de Aniversário até a data do efetivo resgate antecipado, e (ii) do prêmio incidente sobre o valor resgatado correspondente a (w) 4,00% (quatro por cento) sobre a somatória do saldo do valor nominal unitário dos CRI atualizado, caso o resgate ocorra no período entre a Data de Emissão e 20 de julho de 2021, (x) 3,00% (três por cento) sobre a somatória do saldo do valor nominal unitário dos CRI atualizado, caso o resgate ocorra no período entre 21 de julho de 2021 e 20 de julho de 2022, e (y) 2,00% (dois por cento) da somatória do saldo do valor nominal unitário dos CRI atualizado, caso o resgate ocorra após 21 de julho de 2022 ("Prêmio"), e (c) referido resgate sempre deverá ocorrer numa Data de Aniversário.

6.5. Fica assegurado aos Titulares de CRI a opção, mas não a obrigação, de subscrever novos CRI caso sejam emitidos novos certificados de recebíveis imobiliários lastreados em novos créditos imobiliários cedidos pela Cedente. Adicionalmente, caso a totalidade dos CRI subscritos não tenha sido integralizada, os Titulares dos CRI terão a opção, mas não a obrigação, de realizar a integralização dos CRI, observada ainda neste caso a obrigação da Emissora de vincular tais novos créditos imobiliários aos CRI.

CLÁUSULA SÉTIMA: DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

7.1. A Emissora obriga-se a informar todos os fatos relevantes acerca da Emissão, bem como aqueles relativos à própria Emissora, assim como prontamente informar tais fatos diretamente ao Agente Fiduciário por meio de comunicação por escrito.

7.2. Sem prejuízo das demais declarações expressamente previstas na regulamentação aplicável, neste Termo de Securitização, nos demais Documentos da Emissão, a Emissora, neste ato declara e garante que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias à celebração deste Termo de Securitização, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam este Termo de Securitização têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados,

estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (iv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário ou a Emissora de exercer plenamente suas funções;
- (v) este Termo de Securitização constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Emissão
- (vii) conduz suas atividades de forma ética e em conformidade com as leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre as suas atividades, em especial a Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 8.429 de 2 de junho de 1992, Lei Federal nº 9.613 de 03 de março de 1998, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e o Código Penal ("Legislação Anticorrupção"); e
- (viii) não praticou qualquer ato que viole a Legislação Anticorrupção.

7.2.1. A Emissora compromete-se a notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, os Titulares de CRI e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.2.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7.3. Obrigações da Emissora: Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Termo de Securitização, a Emissora obriga-se, adicionalmente, a:

- (i) administrar o Patrimônio Separado, mantendo para o mesmo registro contábil próprio e independente de suas demonstrações financeiras;
- (ii) informar todos os fatos relevantes acerca da Emissão e da própria Emissora diretamente ao Agente Fiduciário, por meio de comunicação por escrito, bem como aos participantes do mercado, conforme aplicável, observadas as regras da CVM;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de solicitação nesse sentido, cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM, nos prazos ali previstos, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, por qualquer meio, àquela autarquia;
 - (b) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de solicitação nesse sentido, cópias de todos os documentos e informações, inclusive financeiras e contábeis, fornecidos pelo(s) devedor(es) dos Créditos Imobiliários e desde que por eles entregues, nos termos da legislação vigente;
 - (c) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de solicitação nesse sentido, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que lhe sejam razoavelmente solicitados, permitindo que o Agente Fiduciário, por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como aos respectivos registros e relatórios de gestão e posição financeira referentes ao Patrimônio Separado;
 - (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem publicados, cópias dos avisos de fatos relevantes e atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e da diretoria da Emissora que, de alguma forma, envolvam o interesse dos Titulares de CRI;
 - (e) cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa recebida pela Emissora, que sejam de interesse da presente Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento ou prazo inferior se assim exigido pelas circunstâncias.
- (iv) submeter, na forma da lei, suas contas e demonstrações contábeis, inclusive aquelas relacionadas ao Patrimônio Separado, a exame por empresa de auditoria;
- (v) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de seu conhecimento, qualquer descumprimento pela Cedente, seus eventuais garantidores e/ou por eventuais prestadores de serviços contratados em razão da Emissão de obrigação constante deste Termo de Securitização e dos demais Documentos da Emissão;
- (vi) efetuar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário, com recursos do Patrimônio Separado, o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos, garantias e prerrogativas dos Titulares de CRI ou para a realização de seus créditos. As despesas a que se refere esta alínea compreenderão, inclusive, as despesas relacionadas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações previstos neste Termo de Securitização, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas por lei;

- (b) extração de certidões, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, fotocópias, digitalizações, cartório, envio de documentos;
 - (c) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - (d) eventuais auditorias ou levantamentos periciais que venham a ser imprescindíveis em caso de omissões e/ou obscuridades nas informações devidas pela Emissora, pelos prestadores de serviço contratados em razão da Emissão, e/ou da legislação aplicável.
- (vii) manter sempre atualizado seu registro de companhia aberta na CVM;
- (viii) manter contratada, durante a vigência deste Termo de Securitização, instituição financeira habilitada para a prestação do serviço de Banco Liquidante;
- (ix) não realizar negócios e/ou operações (a) alheios ao objeto social definido em seu estatuto social; (b) que não estejam expressamente previstos e autorizados em seu estatuto social; ou (c) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos em seu estatuto social, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis;
- (x) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, com este Termo de Securitização e/ou com os demais Documentos da Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Securitização;
- (xi) comunicar, em até 3 (três) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, garantias e prerrogativas, vinculados aos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado e que possam, direta ou indiretamente, afetar negativamente os interesses da comunhão dos Titulares de CRI conforme disposto no presente Termo de Securitização;
- (xii) não pagar dividendos com os recursos vinculados ao Patrimônio Separado;
- (xiii) manter em estrita ordem a sua contabilidade, através da contratação de prestador de serviço especializado, a fim de atender as exigências contábeis impostas pela CVM às companhias abertas, bem como efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade do Brasil, permitindo ao Agente Fiduciário o acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- (xiv) manter:



- (a) válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
 - (b) seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na Junta Comercial de sua respectiva sede social, na forma exigida pela Lei das Sociedades por Ações, pela legislação tributária e pelas demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem;
 - (c) em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal; e
 - (d) atualizados os registros de titularidade referentes aos CRI que eventualmente não estejam vinculados aos sistemas administrados pela B3;
- (xv) manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento, diretamente ou por meio de seus agentes, serviço de atendimento aos Titulares de CRI;
- (xvi) fornecer aos Titulares dos CRI e/ou ao Agente Fiduciário, conforme aplicável, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação respectiva, informações relativas aos Créditos Imobiliários;
- (xvii) caso entenda necessário e a seu exclusivo critério, substituir durante a vigência dos CRI, exceto pelo Agente Fiduciário, um ou mais prestadores de serviço envolvidos na presente Emissão, independentemente da anuência dos investidores por meio de Assembleia Geral ou outro ato equivalente, desde que não prejudique no pagamento da remuneração do CRI, por outro prestador devidamente habilitado para tanto, a qualquer momento, exceto pelo Agente Fiduciário, caso em que uma eventual substituição deverá seguir o previsto no presente Termo de Securitização e na Instrução CVM nº 583;
- (xviii) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 583, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social. Os referidos documentos deverão ser encaminhados de declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado, de Retrocessão e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Titulares de CRI e o Agente Fiduciário e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto;

- (xix) calcular diariamente, em conjunto com o Agente Fiduciário, o valor unitário dos CRI;
- (xx) contratar instituição financeira habilitada para a prestação dos serviços de escriturador e liquidante dos CRI;
- (xxi) manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento, diretamente ou por meio de seus agentes, serviço de atendimento aos Titulares de CRI;
- (xxii) fazer constar, nos contratos celebrados com os auditores independentes, que o Patrimônio Separado não responderá pelo pagamento de quaisquer verbas devidas nos termos de tais contratos; e
- (xxiii) informar aos Titulares dos CRI e ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer dos Eventos de Retrocessão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar de sua ciência.

7.3.1. Sem prejuízo das demais obrigações legais da Emissora, é obrigatória:

- (i) trimestralmente, a partir da Data de Emissão, a elaboração de balanço refletindo a situação do Patrimônio Separado;
- (ii) a apresentação de relatório mensal, até o 20º dia de cada mês, com a descrição das despesas incorridas no período compreendido entre o primeiro e último dia do mês anterior;
- (iii) a apresentação de relatório mensal, até o 20º dia de cada mês, de custos referentes à defesa dos direitos, garantias e prerrogativas dos Titulares de CRI, inclusive a título de reembolso ao Agente Fiduciário, incorridos no período compreendido entre o primeiro e último dia do mês anterior;
- (iv) elaboração de relatório trimestral, a partir da Data de Emissão, contábil a valor de mercado dos ativos integrantes do Patrimônio Separado, segregados por tipo e natureza de ativo, observados os termos e as condições deste Termo de Securitização;
- (v) trimestralmente, a partir da Data de Emissão, a elaboração de declaração confirmando o cumprimento pela Cedente de todas as suas obrigações no âmbito dos Documentos da Operação.

7.4. A Emissora se responsabiliza pela exatidão das informações e declarações prestadas, a qualquer tempo, ao Agente Fiduciário e aos Titulares dos CRI, ressaltando que analisou diligentemente os Documentos da Emissão, para verificação de sua legalidade, veracidade, ausência de vícios, consistência, correção e suficiência das informações disponibilizadas aos Titulares dos CRI.

7.5. A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos

7

Titulares dos CRI, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, todas as informações relativas aos Créditos Imobiliários de sua competência, desde que devidamente solicitadas através do envio de notificação prévia.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIAS

8.1. Aos Titulares dos CRI foram constituídas as seguintes garantias:

8.1.1. **Regime Fiduciário:** A Emissora institui, nesse Termo, regime fiduciário, com a constituição do Patrimônio Separado, destinado exclusivamente à liquidação dos CRI a que estiverem afetados, abrangendo os Créditos Imobiliários, seus acessórios, e recursos depositados na Conta Centralizadora, observada sua destinação, conforme o disposto neste Termo;

8.1.2. **Fundo de Reserva:** O Fundo de Reserva destinar-se-á ao pagamento das obrigações indicadas na cláusula 10.1 (i) a (vii), na hipótese de insuficiência de recursos originados do pagamento dos Créditos Imobiliários para o cumprimento das referidas obrigações ("Fundo de Reserva"). O Fundo de Reserva será constituído com os Créditos Imobiliários recebidos durante os três primeiros Períodos de Arrecadação até atingir, na Conta do Fundo de Reserva (conta corrente nº 2.420-1, mantida junto a agência 6349 do Banco Bradesco S.A., de titularidade da Emissora), o montante equivalente a 300% (trezentos por cento) do valor médio da parcela de pagamento esperada de juros e principal dos CRI para os próximos 12 meses ("Limite Mínimo"). Quando o valor do Fundo de Reserva ultrapassar o Limite Mínimo, o valor excedente será utilizado conforme a Ordem de Pagamentos descrita na Cláusula 10.1 abaixo.

8.1.3. **Retrocessão:** Observado o disposto no Contrato de Cessão, caso ocorra qualquer um dos eventos relacionados nos itens abaixo ("Eventos de Retrocessão"), a Cessionária poderá retroceder à Cedente parte ou a totalidade, a seu exclusivo critério, dos Créditos Imobiliários por ela cedidos, conforme disposto no subitem 8.1.3.1, abaixo, no estado em que se encontrarem ("Retrocessão"), e a Cedente, nesta hipótese, obriga-se, em caráter irrevogável e irretroatável, a pagar à Cessionária o Preço de Retrocessão (conforme definido no subitem 8.1.3.2, abaixo), resolvendo-se o Contrato de Cessão em relação aos Créditos Imobiliários retrocedidos na forma desta Cláusula:

(a) Existência de vícios ou defeitos na constituição ou formalização dos Contratos de Compra e Venda que extinga, no todo ou em parte, retarde a normal cobrança ou a quitação, quando solicitada pelo Adquirente, e desde que os vícios ou defeitos tenham sido comprovados, dos Créditos Imobiliários e/ou a execução de suas garantias, incluindo-se, mas não se limitando a, o não recolhimento das assinaturas de qualquer das partes dos Contratos de Compra e Venda, a ausência de reconhecimento das respectivas firmas, e a redução do saldo devedor de qualquer dos Créditos Imobiliários devido e um eventual revisão do valor do Lote em virtude da adequação entre o tamanho real do Lote e o tamanho previsto nos Contratos de Compra e Venda;

(b) Existência de débitos, ônus ou gravames sobre os Lotes, com exceção da Alienação Fiduciária, conforme o caso, que extingam, no todo ou em parte, ou retardem a normal cobrança dos Créditos Imobiliários, que tenham origem até a Data da Cessão;

(c) Caso a titularidade da Cedente sobre os Créditos Imobiliários ao tempo desta cessão, ou, ainda, a existência, validade, eficácia ou exigibilidade dos Créditos Imobiliários, ou a Cessão de Créditos venha, no todo ou em parte, ser questionada judicialmente, sob qualquer fundamento e em qualquer aspecto da legislação aplicável, e seja proferida decisão que, comprovadamente, obste, impeça ou cause qualquer tipo de constrição sobre a cobrança e/ou os pagamentos dos Créditos Imobiliários à Cessionária, de modo a impactar negativamente no fluxo de pagamentos dos CRI;

(d) Verificação de que quaisquer das declarações ou informações prestadas pela Cedente no Contrato de Cessão são falsas na data de assinatura do Contrato de Cessão, em especial aquelas previstas na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, desde que a cobrança dos Créditos Imobiliários seja comprovadamente afetada;

(e) Alteração dos Contratos de Compra e Venda que ocasione a redução ou extinção dos Créditos Imobiliários sem prévia anuência da Cessionária;

(f) Caso a Cedente ocasione a extinção dos Contratos de Compra e Venda; ou

(g) Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária da Cedente no âmbito dos Documentos da Emissão não sanada em até 30 (trinta) dias contados do recebimento de notificação pela Cedente detalhando o descumprimento, observado que caso a Cedente forneça evidência satisfatória à Emissora de que todas as medidas para sanar tal inadimplemento estejam sendo tomadas, tal prazo poderá ser prorrogado por igual ou maior período a critério da Emissora.

8.1.3.1 A ocorrência dos Eventos de Retrocessão previstos no subitem 8.1.3 acima ensejará a Retrocessão apenas dos Créditos Imobiliários em relação aos quais tais eventos tenham ocorrido, exceto pelo item (g), que poderá ensejar a Retrocessão da totalidade dos Créditos Imobiliários.

8.1.3.2. Os Créditos Imobiliários serão retrocedidos à Cedente pelo valor do saldo devedor dos Créditos Imobiliários retrocedidos na data da efetiva Retrocessão, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Compra e Venda, reduzido proporcionalmente de eventuais pagamentos dos Créditos Imobiliários (ordinários ou extraordinários) retrocedidos ocorridos até a data da retrocessão ("Preço de Retrocessão").

8.1.3.3. Ainda na hipótese de Retrocessão, todos os Créditos Imobiliários retrocedidos e eventualmente recebidos pela Cessionária, bem como seus acréscimos, correções e

7

atualizações, após a resolução da cessão, deverão ser imediatamente repassados à Cedente.

8.1.3.4. A Cessionária, caso necessário, notificará em tempo hábil os respectivos devedores dos Créditos Imobiliários retrocedidos acerca da formalização da Retrocessão e consequente resolução do Contrato de Cessão quanto aos Créditos Imobiliários retrocedidos, para que os devedores realizem o pagamento, diretamente à Cedente, das próximas parcelas remanescentes a partir da data da retrocessão, dos Créditos Imobiliários retrocedidos.

8.1.3.5. O Preço de Retrocessão será pago no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis a contar do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pela Cessionária comunicando a ocorrência devidamente comprovada de um ou mais Eventos de Retrocessão, observado o disposto no subitem 8.1.3.6 e 8.1.3.7 abaixo ("Prazo de Retrocessão").

8.1.3.6. Dentro do mesmo prazo, a Cedente poderá se manifestar acerca da verificação dos referidos eventos. Se essa manifestação for aceita pela Cessionária, esta última cancelará o procedimento de Retrocessão. Por outro lado, se a referida manifestação não for aceita pela Cessionária, sempre de forma fundamentada, o Preço de Retrocessão será devido no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis imediatamente posteriores ao recebimento, pela Cedente, da comunicação que a Cessionária fizer nesse sentido. Caberá exclusivamente à Emissora decidir se aceita ou não a eventual justificativa da Cedente acerca da ocorrência ou não de um Evento de Retrocessão.

8.1.3.7. Caso o Preço de Retrocessão não seja pago no prazo pactuado no subitem 8.1.3.5 ou no subitem 8.1.3.6, conforme o caso, incidirão sobre os valores em atraso, a partir do vencimento até a data de pagamento, multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária pelo mesmo índice dos CRI (IGP-M), com cálculo pro rata die, se necessário.

8.1.3.8. Prevalência da Obrigação de Retrocessão. A obrigação de Retrocessão prevista nesta cláusula configura um negócio aleatório, nos termos dos artigos 458 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), de modo que a Cedente obriga-se, sujeito ao subitem 8.1.3.9 de forma definitiva, irrevogável e irretratável a pagar à Cessionária o Preço de Retrocessão, na ocorrência de um dos Eventos de Retrocessão, independentemente do estado em que os Créditos Imobiliários se encontrarem, ou mesmo de sua existência, validade, eficácia ou exigibilidade quando da Retrocessão, ressalvadas as hipóteses em que a Cessionária tenha dado causa exclusiva.

8.1.4. **Fianças:** Observado o disposto no Contrato de Cessão, os Fiaidores serão fiaidores e principais pagadores das Obrigações Afiançadas da Cessionária; observado o disposto nos itens abaixo:

- (a) Os Fiaidores, nos termos do Contrato de Cessão, renunciaram expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829,

7

830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 130 e 794 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

- (b) Os Fiadores declararam, no Contrato de Cessão, terem se informado sobre os riscos decorrentes da prestação das Fianças.
- (c) Conforme o Contrato de Cessão, os Fiadores deverão cumprir todas as suas obrigações decorrentes das Fianças no Brasil, no lugar indicado pela Emissora e conforme as instruções por ela dadas, em moeda corrente nacional, sem qualquer contestação ou compensação, líquidas de quaisquer taxas, impostos, despesas, retenções ou responsabilidades presentes ou futuras, e acrescidas dos encargos e despesas incidentes, no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao do recebimento de simples notificação, enviada pela Emissora após o término dos prazos de cura previstos no Contrato de Cessão, conforme aplicável, por meio de correspondência ou fax, informando o valor das Obrigações Afiançadas inadimplidas a ser pago pelos Fiadores.
- (d) Os Fiadores poderão ser demandados até o cumprimento total e integral das Obrigações Afiançadas.

8.1.5. Alienação Fiduciária dos Lotes: A Cedente alienou fiduciariamente, sob condição suspensiva, à Cessionária a totalidade dos Lotes Alienados Fiduciariamente, em garantia do cumprimento das Obrigações Afiançadas da Cedente, sendo que a Cedente registrará a alienação fiduciária perante o Registro de Imóveis competente, observado que na hipótese de inadimplemento da Cedente das Obrigações Garantidas tais registros poderão ser realizados pela Emissora, com os recursos do Patrimônio Separado, mediante procuração pública a ser outorgada pela Cedente à Emissora nos termos da Alienação Fiduciária.

8.1.6. Cessão Fiduciária: A Cedente cedeu fiduciariamente à Cessionária (i) a totalidade dos direitos sobre a Conta de Depósito, e (ii) a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

8.2. Tendo em vista a ordem de prioridade de pagamentos disposta na cláusula 10.1 desse Termo, o Regime Fiduciário configura garantia em favor dos Titular dos CRI.

CLÁUSULA NONA – VALORES DEPOSITADOS NAS CONTAS DA OPERAÇÃO

9.1. Todos os recursos integrantes do Patrimônio Separado serão depositados nas Contas da Operação, até a quitação integral das Obrigações Afiançadas, conforme previsto neste Termo.

9.2. Os rendimentos auferidos em decorrência da aplicação financeira de quaisquer valores mantidos nas Contas da Operação terão a mesma destinação do montante principal que lhe tenha dado origem.

9.3. Os recursos depositados na Conta Centralizadora e na Conta do Fundo de Reserva serão aplicados pela Emissora em: (a) fundos de renda fixa, com perfil conservador e liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos públicos pós-fixados, oferecidos pelo Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., ou Banco do Brasil S.A.; ou, ainda, (b) Certificados de Depósito Bancário emitidos pelo Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., ou Banco do Brasil S.A., sendo certo que todas as aplicações realizadas nos termos desta Cláusula deverão ser resgatadas de maneira que estejam imediatamente disponíveis.

9.4. O Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação dos investimentos, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação dos investimentos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que sejam arbitradas e aprovadas pela Emissora.

CLÁUSULA DÉCIMA - ORDEM DE PAGAMENTOS

10.1. Os pagamentos mensais das obrigações do Patrimônio Separado deverão obedecer à seguinte ordem de prioridade, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis após o cumprimento do item anterior. Os recursos disponíveis serão calculados, considerando todos os pagamentos referentes aos Créditos Imobiliários acumulados durante cada Período de Arrecadação para pagamento da parcela do mês seguinte:

- (i) Despesas do Patrimônio Separado;
- (ii) Juros Remuneratórios CRI Seniores;
- (iii) Amortização dos CRI Seniores, conforme Tabela Vigente;
- (iv) Juros Remuneratórios CRI Subordinados;
- (v) Amortização dos CRI Subordinados, conforme Tabela Vigente;
- (vi) Recomposição do Fundo de Reserva até o Limite Mínimo, se for o caso; e
- (vii) Liberação para a Cedente do montante que exceder o valor necessário para adimplir as obrigações dos itens (i) a (vi) acima, ou utilização do excedente para amortização extraordinária proporcional dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, a critério exclusivo da Cedente, conforme previsto na Cláusula Sexta acima, desde que o Gatilho de Sobregarantia (definido abaixo) seja superior a 120% (cento e vinte por cento), e observado o disposto nas Cláusulas 10.2 e 10.3 abaixo.

10.1.1. Considerando-se que os CRI Subordinados serão pagos de acordo com a prioridade de recebimento prevista no item 10.1 acima, os CRI Subordinados não serão considerados inadimplidos quando o seu não pagamento for motivado unicamente pela observância da ordem estabelecida pela Ordem de Pagamentos, desta forma, a insuficiência de recursos para o pagamento do CRI Subordinados não acarretará pagamento de qualquer multa ou indenização por atraso, e o valor não pago comporá o saldo do CRI, mediante incorporação ao saldo do Valor Nominal Unitário, para futuros

7

eventos. A Emissora deverá comunicar a B3 com prazo de até 2 (dois) dias de antecedência da data de não pagamento dos CRI Subordinados.

10.1.2. Não obstante o disposto na Cláusula 10.1 acima, a Cessionária e a Cedente concordam que após a amortização integral dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, e o pagamento integral das obrigações do Patrimônio Separado (incluindo os prestadores de serviço), a totalidade dos Créditos Imobiliários remanescentes e dos recursos deles decorrentes, se houver, será restituído à Cedente, resolvendo-se a cessão objeto do Contrato de Cessão em relação aos referidos Créditos Imobiliários remanescentes.

10.2. Mensalmente, na data de recebimento do relatório do Servicer ("Data de Verificação do Gatilho de Sobregarantia"), será verificada pela Emissora a razão entre **(a)** o saldo devedor atualizado dos Créditos Imobiliários trazido à valor presente pela taxa de 12% (doze por cento) ao ano; e **(b)** o saldo devedor dos CRIs ("Gatilho de Sobregarantia").

10.2.1. Para o cálculo do Gatilho de Sobregarantia não serão considerados **(i)** os Créditos Imobiliários que possuam histórico de inadimplemento por prazo superior a 90 (noventa) dias à época da verificação, ou **(ii)** os Créditos Imobiliários cujo Loan-to-Value ("LTV") seja superior a 100% (cem por cento) à época da verificação, tomando como base o valor médio de venda do metro quadrado das 5 últimas unidades nos últimos 6 meses.

10.2.2. Caso, na Data de Verificação do Gatilho de Sobregarantia, o Gatilho de Sobregarantia esteja abaixo de 120% (cento e vinte por cento), a Emissora deverá utilizar os recursos disponíveis na Conta Centralizadora para amortização extraordinária dos CRIs de maneira a reestabelecer o Gatilho de Sobregarantia de 120% (cento e vinte por cento). Caso não haja recursos suficientes na Conta Centralizadora para recompor o Gatilho de Sobregarantia, então a Cedente deverá, à seu critério: **(i)** realizar a recompra dos créditos imobiliários inadimplidos por prazo superior a 90 (noventa) dias à época da verificação em montante suficiente para recompor o Gatilho de Sobregarantia de 120% (cento e vinte por cento); ou **(ii)** transferir, por meio de cessão em dação em pagamento, créditos imobiliários adicionais à Cessionária em montante suficiente para recompor o Gatilho de Sobregarantia de 120% (cento e vinte por cento), observados que **(a)** tais novos créditos imobiliários deverão ser originados dos Empreendimentos ou outros empreendimentos de titularidade da Cedente que sejam satisfatórios à Cessionária a seu exclusivo critério; e **(b)** as declarações ou informações prestadas pela Cedente no Contrato de Cessão, em especial aquelas previstas na Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, deverão ser verdadeiras no que diz respeito a tais novos créditos imobiliários.

10.3. Na medida em que o Gatilho de Sobregarantia exceda 120% (cento e vinte por cento) em qualquer Data de Verificação do Gatilho de Sobregarantia, e a Cedente esteja cumprindo com as Obrigações Afiançadas da Cedente, os valores excedentes àqueles necessários para pagar a respectiva parcela de amortização e juros dos CRI no mês deverão ser, à critério da Cedente e mediante tempestiva notificação à Emissora: **(i)** utilizados para amortização extraordinária proporcional dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, ou **(ii)** liberados à Cedente para uma conta corrente se sua livre movimentação.

CLÁUSULA ONZE: REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO

11.1. Regime Fiduciário: Na forma dos artigos 9º e 10 da Lei nº 9.514/1997, a Emissora institui Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários vinculados pelo presente Termo de Securitização sobre as Garantias e sobre as Contas da Operação.

11.2. Separação Patrimonial: Os Créditos Imobiliários, as Garantias e as Contas da Operação sob Regime Fiduciário permanecerão separados e segregados do patrimônio comum da Emissora até que se complete o resgate dos CRI.

11.3. Responsabilidade do Patrimônio Separado: Na forma do artigo 11 da Lei nº 9.514/1997, os Créditos Imobiliários, as Garantias e as Contas da Operação estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, e só responderão pelas obrigações inerentes aos CRI, ressalvando-se, no entanto, o disposto no artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

11.4. Administração do Patrimônio Separado: A Emissora administrará ordinariamente, sujeita às disposições deste Termo de Securitização, o Patrimônio Separado, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade, notadamente a dos fluxos de pagamento recebidos na Conta Centralizadora, bem como das parcelas de amortização do principal, Juros Remuneratórios e demais encargos acessórios.

11.4.1. A Emissora fará jus ao Custo de Administração, na forma prevista neste instrumento.

11.4.1.1. O valor nominal do Custo de Administração será atualizado, anualmente, pelo IGP-M/FGV, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, calculadas pro rata die, se necessário.

11.4.1.2. O Custo de Administração será arcado com os recursos do Patrimônio Separado, e será pago mensalmente, nas datas de pagamento dos CRI.

11.4.1.3. O Custo de Administração continuará sendo devido até a liquidação dos CRI, caso a Emissora ainda esteja atuando em nome dos Titulares de CRI, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação da Emissora. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento do Custo de Administração, os Titulares dos CRI arcarão diretamente com seu pagamento, ressalvado seu direito de em um segundo momento se reembolsarem com os recursos dos Créditos Imobiliários após a realização do Patrimônio Separado.

11.4.1.4. O Custo de Administração será acrescido dos valores dos tributos que incidem sobre a prestação desses serviços (pagamento com gross up), tais como: (i) ISS, (ii) PIS; e (iii) COFINS, excetuando-se o imposto de renda de responsabilidade da fonte pagadora, bem como outros tributos que venham a incidir sobre o Custo de Administração, sendo

certo que serão acrescidos aos pagamentos valores adicionais, de modo que a Emissora receba os mesmos valores que seriam recebidos caso nenhum dos impostos elencados neste item fosse incidente.

11.4.1.5. O pagamento da remuneração prevista neste item ocorrerá sem prejuízo da remuneração devida a terceiros eventualmente contratados para a prestação de serviços acessórios àqueles prestados pela Emissora .

11.5. Responsabilidade da Emissora: A Emissora somente responderá por prejuízos ou por insuficiência do Patrimônio Separado em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade do mesmo patrimônio, bem como em caso de descumprimento das disposições previstas no Contrato de Cessão e no Termo de Securitização.

11.6. Responsabilidade da Cedente: A Cedente obrigou-se a arcar com todas as despesas relacionadas com a Emissão do CRI e da Oferta Pública, incluindo, mas não limitando, aos custos relacionados ao registro dos CRI perante a B3, emissão, custódia e registro dos Documentos da Emissão e honorários relativos aos assessores.

CLÁUSULA DOZE: AGENTE FIDUCIÁRIO

12.1. Agente Fiduciário: A Emissora nomeia o Agente Fiduciário da Emissão, que formalmente aceita a nomeação para, nos termos da lei, regulamentação e do presente Termo de Securitização, representar os interesses da comunhão dos Titulares dos CRI.

12.2. Declarações do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e neste Termo de Securitização;
- (ii) aceita integralmente este Termo de Securitização, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar este Termo de Securitização e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração deste Termo de Securitização e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) sob as penas da lei, não tem qualquer impedimento legal, para exercer a função que lhe é conferida, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos incisos do artigo 6º da Instrução CVM nº 583;

- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) ter analisado diligentemente os Documentos da Emissão, para verificação da legalidade e ausência de vícios da operação, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações disponibilizadas pela Emissora no presente Termo;
- (ix) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da Instrução CVM nº 583, tratamento equitativo a todos os Titulares dos CRI de eventuais emissões de CRI realizadas pela Emissora em que atua e venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e
- (x) que atua nas seguintes emissões de valores mobiliários da Emissora:

Emissão	1ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$10.000.000,00
Quantidade	10
Espécie	com garantia real
Garantias	Aval e Cessão Fiduciária
Data de Vencimento	20/12/2024
Remuneração	IPCA + 9% a.a.
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	4ª Série da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A
Valor Total da Emissão	R\$5.000.000,00
Quantidade	5
Espécie	com garantia real
Garantias	Aval e Cessão Fiduciária
Data de Vencimento	20/07/2030
Remuneração	IPCA + 11% a.a.
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	7ª e 8ª Séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$26.300.000,00
Quantidade	2.630
Espécie	com garantia real
Garantias	Aval e Cessão Fiduciária
Data de Vencimento	15/07/2021 (7ª série); 15/04/2026 (8ª série)
Remuneração	IPCA + 8,5% a.a. (7ª série) IPCA + 13,75% a.a. (8ª série)

Enquadramento	Adimplência Pecuniária
----------------------	------------------------

Emissão	11ª e 12ª Séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$20.000.000,00
Quantidade	20.000
Espécie	com garantia real
Garantias	Aval, Alienação Fiduciária de Quotas e Cessão Fiduciária
Data de Vencimento	15/05/2024 (11ª série); 15/10/2028 (12ª série)
Remuneração	IPCA + 8,5% a.a. (11ª série); IPCA + 13,88% a.a. (12ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	13ª, 14ª e 15ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$6.000.000,00
Quantidade	6.000
Espécie	com garantia real
Garantias	Aval e Cessão Fiduciária
Data de Vencimento	15/12/2025
Remuneração	IGP-M 9% a.a., IGP-M + 9,5% a.a. e IGP-M 12% a.a.
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	16ª e 17ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	RS 37.000.000,00
Quantidade	3.700
Espécie	com garantia real
Garantias	Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária e Fiança
Data de Vencimento	07/08/2026 (16ª série); 07/05/2031 (17ª série)
Remuneração	IPCA + 8,5% a.a. (16ª série); IPCA + 13,5% a.a. (17ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	18ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$7.200.000,00
Quantidade	7.200.000
Espécie	com garantia real
Garantias	Alienação Fiduciária e Fiança

Data de Vencimento	15/05/2031
Remuneração	100% da Taxa DI + 5,25% a.a.
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	19ª e 20ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$26.065.866,00
Quantidade	26.065.866
Espécie	com garantia real
Garantias	Alienação Fiduciária de Imóveis e Fiança
Data de Vencimento	15/09/2025 e 15/04/2027
Remuneração	100% da Taxa DI + 1,5% a.a. e 100% da Taxa DI + 9,4% a.a.
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	22ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$6.996.891,00
Quantidade	6.996.891
Espécie	com garantia real
Garantias	Alienação Fiduciária de Imóveis
Data de Vencimento	15/12/2030
Remuneração	IGP-M + 8,4% a.a.
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	23ª e 24ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$50.000.000,00
Quantidade	5.000
Espécie	com garantia real
Garantias	Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária e Fiança
Data de Vencimento	15/01/2023 (23ª série); 15/10/2024 (24ª série)
Remuneração	IGP-M + 8,5% a.a. (23ª série); IGP-M + 14,52% a.a. (24ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	25ª e 26ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$50.000.000,00
Quantidade	50.000.000
Espécie	com garantia real

7

Garantias	alienação fiduciária de ações, alienação fiduciária de quotas, cessão fiduciária em garantia e fiança
Data de Vencimento	20/07/2032 (25ª série); 20/01/2034 (26ª série)
Remuneração	IPCA + 8,5000% a.a. (25ª série); IPCA + 16,8000% a.a. (26ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	27ª e 28ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$13.800.000,00
Quantidade	13.800.000
Espécie	garantia fidejussória
Garantias	fiança
Data de Vencimento	20/10/2030 (27ª série); 20/06/2033 (28ª série)
Remuneração	IPCA + 8,5000% a.a. (27ª série); IPCA + 14,9000% a.a. (28ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	29ª e 30ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$40.000.000,00
Quantidade	40.000.000
Espécie	com garantia real
Garantias	Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária e Fiança
Data de Vencimento	20/09/2022 (29ª série); 20/09/2022 (30ª série)
Remuneração	IPCA + 7,0000% a.a. (29ª série); IPCA + 39,1000% a.a. (30ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

Emissão	31ª e 32ª da 1ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A.
Valor Total da Emissão	R\$100.000.000,00
Quantidade	100.000.000
Espécie	com garantia real
Garantias	Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária e Fiança
Data de Vencimento	25/11/2033 (31ª série); 25/01/2035 (32ª série)
Remuneração	IPCA + 7,0000% a.a. (31ª série); IPCA + 17,8800% a.a. (32ª série)
Enquadramento	Adimplência Pecuniária

12.3. Início das Funções: O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura deste Termo de Securitização, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento dos CRI ou até que as obrigações tenham sido quitadas, caso as mesmas não tenham sido até a Data de Vencimento dos CRI, ou até sua efetiva substituição.

12.4. Obrigações do Agente Fiduciário: São obrigações do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Titulares dos CRI, acompanhando a atuação da Emissora na gestão do Patrimônio Separado, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às garantias reais e fidejussórias e a consistência das demais informações contidas no presente Termo de Securitização, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Titulares dos CRI, no relatório anual de que trata o artigo 15 da Instrução CVM nº 583, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- f) opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições dos CRI;
- g) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas no Termo de Securitização;
- h) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
- i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade onde se localiza a sede ou o domicílio da Emissora, da Cedente, dos Fiadores, dos garantidores e, também, da localidade onde se situe o bem dado em garantia;
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e/ou na Cedente ou no Patrimônio Separado;
- k) convocar, quando cabível ao Agente Fiduciário, a assembleia de Titulares do CRI, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;

- l) comparecer à assembleia de Titulares do CRI a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) manter atualizada a relação dos Titulares dos CRI e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e ao Escriturador;
- n) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Termo de Securitização, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- o) comunicar aos Titulares dos CRI qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas no Termo de Securitização, incluindo as obrigações relativas as garantias e as cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Titulares dos CRI e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Titulares dos CRI e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
- p) adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, bem como à realização dos Créditos Imobiliários vinculados ao Patrimônio Separado, incluindo a execução da Garantia, conforme a ordem deliberada pelos Titulares dos CRI, caso a Emissora não o faça;
- q) exercer, na hipótese de insolvência da Emissora com relação às obrigações assumidas na presente Emissão ou inadimplemento de quaisquer obrigações da Emissora contraídas em razão dos Documentos da Emissão, bem como na ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 13.1.3 abaixo, a administração do Patrimônio Separado, observado o disposto neste Termo de Securitização;
- r) promover, na forma prevista neste Termo de Securitização, a liquidação do Patrimônio Separado;
- s) diligenciar junto à Emissora para que o Termo de Securitização, bem como de seus aditamentos, sejam registrados na Instituição Custodiante, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
- t) elaborar anualmente relatório e divulgar em sua página na rede mundial de computadores, em até 04 (quatro) meses do encerramento do exercício social, o qual deverá conter, no mínimo, (i) cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento; (ii) alterações estatutárias ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Titulares dos CRI; (iii) comentários sobre os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Titulares dos CRI e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora; (iv) quantidade de CRI emitidos quantidade de CRI em circulação e saldo cancelado no período; (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento dos Juros Remuneratórios dos CRI realizados no período; (vi) constituição e aplicações do fundo de amortização ou de outros tipos de fundos quando houver; (vii) destinação dos recursos captados através da emissão dos CRI, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando houver; (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela

Emissora, Cedente ou Fiadores no Termo de Securitização; (x) manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias dos CRI; (xi) existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de CRI emitidos; (4) espécie e garantias envolvidas; (5) prazo de vencimento dos CRI e taxas de juros; e (6) inadimplemento no período; e (xii) declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função.

12.4.1. A Emissora obriga-se a, no que lhe for aplicável, tomar todas as providências necessárias de forma que o Agente Fiduciário possa cumprir suas obrigações acima, quando aplicável.

12.4.2. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou no Termo de Securitização para proteger direitos ou defender os interesses dos Titulares dos CRI, caso a Emissora não faça.

12.4.3. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 583, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, e dos Documentos da Emissão em que figure como parte estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável, bem como dos referidos documentos.

12.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.4.5. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do Termo de Securitização e dos demais Documentos da Emissão.

12.4.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Titulares dos CRI e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Titulares dos CRI reunidos em Assembleia Geral.

12.4.7. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissora, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou no Termo de

7

Securitização para proteger direitos ou defender os interesses dos Titulares dos CRI, caso a Emissora não faça, nos termos do artigo 12 da Instrução CVM nº 583 e do artigo 13, II, da Lei Nº 9.514/97.

12.5. Remuneração do Agente Fiduciário: Pelo exercício de suas atribuições, o Agente Fiduciário receberá da Emissora, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e deste Termo, parcelas anuais de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para a prestação dos serviços de Agente Fiduciário, sendo a primeira a ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil após a data de integralização dos CRI e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a amortização integral dos CRI e o pagamento integral das obrigações do Patrimônio Separado ou até o Agente Fiduciário deixar de exercer os deveres e atribuições que lhe competem.

12.5.1. As remunerações não incluem as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora mediante pagamento das respectivas cobranças acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: viagens, estadias, transporte, alimentação, publicação, cartórios, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao(s) titular(es) do(s) CRI e da(s) CCI.

12.5.2. As parcelas citadas na Cláusula 12.5. acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL, IRRF, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

12.5.3. As parcelas citadas na Cláusula 12.5. acima serão reajustadas pela variação positiva acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas pro-rata die, se necessário;

12.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die, ficando o valor em atraso sujeito ao reajuste pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.

12.5.5. A remuneração prevista neste item 12.5 será devida mesmo após o vencimento final dos CRI, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão. A primeira parcela de honorários será devida ainda que a operação não seja integralizada, a título de estruturação e implantação.

7

12.5.6. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Titulares dos CRI e deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Titulares dos CRI, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Securitizadora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Titulares dos CRI, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Titulares dos CRI. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Titulares dos CRI, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Securitizadora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Titulares dos CRI para cobertura do risco de sucumbência.

12.6. Despesas do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário será ressarcido com recursos do Patrimônio Separado de todas as despesas, inclusive aquelas com cartórios, publicações, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, transportes, alimentação, viagens e estadias por ela incorridas, desde que tenha, sempre que possível, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Titulares dos CRI ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

12.7. Substituição do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário poderá ser substituído nas hipóteses de impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, ou qualquer outro caso de vacância, devendo ser realizada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência de qualquer desses eventos, Assembleia Geral para que seja eleito o novo Agente Fiduciário.

12.8. Destituição do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário poderá, ainda, ser destituído:

- (i) pelo voto de dois terços dos Titulares dos CRI, ou
- (ii) por deliberação em Assembleia Geral, na hipótese de descumprimento de quaisquer de seus deveres previstos neste Termo de Securitização, desde que previamente notificado, não tenha sanado.

12.8.1. O Agente Fiduciário eleito em substituição assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e deste Termo de Securitização.

12.8.2. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deve ser objeto de aditamento ao presente Termo de Securitização, devendo o mesmo ser registrado na Instituição Custodiante e comunicada à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 583.

12.9. Outras Despesas: As despesas que forem consideradas como de responsabilidade da Cedente que venham a ser honradas pelo Patrimônio Separado continuarão como de

responsabilidade desta e deverão ser ressarcidas, podendo ser cobradas pelos Titulares dos CRI judicial ou extrajudicialmente.

CLÁUSULA TREZE: ASSUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO

13.1. Assunção do Patrimônio Separado: Caso seja verificada a ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 13.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário, deverá convocar uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação ou não do Patrimônio Separado.

13.1.1. A Assembleia Geral a que se refere o item 13.1 acima deverá ser convocada, na forma estabelecida na cláusula a seguir, em até 5 (cinco) dias a contar da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 13.1.3. abaixo.

13.1.2. A Assembleia Geral deverá deliberar pela: (a) liquidação do Patrimônio Separado observado o disposto no item 13.1.5. abaixo; ou (b) não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberado a continuidade da administração do Patrimônio Separado por nova Emissora, fixando as condições e termos para sua administração, bem como sua remuneração e as condições da viabilidade econômico-financeira do Patrimônio Separado.

13.1.3. A critério da Assembleia Geral, conforme previsto no item 13.1 acima, a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ensejará a assunção da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, para fins de liquidá-lo ou não, conforme os itens acima:

- a) pedido, por parte da Emissora, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- b) requerimento, pela Emissora, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, e não devidamente contestado por esta, no prazo legal;
- d) decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora;
- e) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias devidas a qualquer dos Titulares dos CRI, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados das datas previstas para pagamento neste Termo de Securitização, desde que esta tenha recebido os Créditos Imobiliários nos seus respectivos vencimentos;
- f) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Emissão, desde que não sanado no prazo de 30 (trinta) dias ou outro prazo, na hipótese de

7

prazo específico para cumprimento de tal obrigação ter sido estipulado neste Termo de Securitização, contado a partir da data em que a obrigação era devida;

- g) a constituição, pela Emissora, de ônus e gravames sobre os Créditos Imobiliários sem a expressa anuência dos Titulares dos CRI, através de Assembleia Geral.

13.1.3.1 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 1 (um) Dia Útil.

13.1.4. Sem prejuízo da assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário nos termos do item 13.1 acima, a deliberação pela declaração da liquidação do Patrimônio Separado deverá ser tomada pelos Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação.

13.1.5. A liquidação do Patrimônio Separado será realizada mediante transferência dos Créditos Imobiliários integrantes do Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser aprovada pelos Titulares dos CRI), na qualidade de representante dos Titulares dos CRI, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora decorrente dos CRI. Nesse caso, caberá ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser aprovada pelos Titulares dos CRI), conforme deliberação dos Titulares dos CRI: (a) administrar os Créditos Imobiliários que integram o Patrimônio Separado, (b) esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos oriundos dos Créditos Imobiliários que lhes foram transferidos, (c) ratear os recursos obtidos entre os Titulares dos CRI na proporção de CRI detidos, e (d) transferir os créditos oriundos dos Créditos Imobiliários eventualmente não realizados aos Titulares dos CRI, na proporção de CRI detidos

CLÁUSULA QUATORZE: ASSEMBLEIA GERAL

14.1. Os Titulares dos CRI poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Titulares dos CRI ("Assembleia Geral").

14.2. A Assembleia Geral poderá ser convocada:

- a) pelo Agente Fiduciário;
- b) pela Emissora; ou
- c) por Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRI em Circulação.

14.3. A convocação da Assembleia Geral far-se-á mediante edital publicado por 3 (três) vezes, com a antecedência de 20 (vinte) dias para primeira convocação, e com antecedência de 08 (oito) dias, para segunda convocação, em um jornal de grande circulação, utilizado pela Emissora para divulgação de suas informações societárias, sendo que se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7

14.4. À presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente:

- a) ao Agente Fiduciário;
- b) ao representante da Emissora;
- c) ao Titular de CRI eleito pelos Titulares dos CRI presentes; ou
- d) à pessoa designada pela CVM.

14.5. Sem prejuízo do disposto no item 14.6, abaixo, a Emissora e/ou os Titulares dos CRI poderão convocar representantes da Emissora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

14.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Titulares dos CRI as informações que lhe forem solicitadas.

14.7. Para os fins deste Termo, se de outra forma não estipulada no presente Termo, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas pelos Titulares de CRI representando, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, observado o disposto no item 14.8, abaixo.

14.7.1. A cada CRI corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

14.8. Para efeito de cálculo de quaisquer dos *quoruns* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral, deve ser considerado o conceito de CRI em Circulação. Os votos em branco também deverão ser excluídos do cálculo do *quorum* de deliberação da Assembleia Geral.

14.9. As deliberações tomadas pelos Investidores, em Assembleias Gerais de Titulares de CRI, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos neste Termo, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como obrigarão a todos os Investidores, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Titulares de CRI ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Titulares de CRI.

14.10. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Termo, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecem todos os Titulares dos CRI, sem prejuízo das disposições relacionadas com os *quoruns* de deliberação estabelecidos neste Termo.

14.11. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral para deliberar sobre alteração dos Documentos da Emissão (i) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) em razão exclusivamente de exigências formuladas pela CVM, pela B3

ou pela ANBIMA, bem como decorrentes de adequação à normas legais e regulamentares; (iii) em razão de qualquer alteração nos Documentos da Emissão já expressamente permitida nos referidos documentos (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Titulares do CRI, (v) quando a alteração já estiver prevista nos Documentos da Emissão, (vi) para aprovar os termos e condições do aditamento do Contrato de Depósito, já previsto no presente Termo, ou ainda (vii) houver necessidade de cancelamento dos CRI não integralizados na hipótese de, por ocasião do encerramento da Oferta, a demanda apurada junto a investidores para a subscrição e integralização dos CRI ser inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

CLÁUSULA QUINZE: DESPESAS DO PATRIMÔNIO SEPARADO

15.1. Despesas do Patrimônio Separado: Serão de responsabilidade do Patrimônio Separado as seguintes despesas (“Despesas do Patrimônio Separado”):

- (i) as despesas com a gestão, cobrança, realização, administração e liquidação do Patrimônio Separado, inclusive, mas sem se limitar a, o Custo de Administração, as despesas referentes à sua transferência na hipótese de o Agente Fiduciário assumir a sua administração e as despesas com seguro de vida prestamista dos adquirentes das unidades que constituem os Créditos Imobiliários;
- (ii) as despesas com prestadores de serviços contratados para a Emissão, tais como instituição custodiante e registrador dos documentos que representem Créditos Imobiliários, empresa de monitoramento de garantias, Escriturador, Banco Liquidante, Servicer, câmaras de liquidação onde os CRI estejam registrados para negociação;
- (iii) as eventuais despesas necessárias, razoáveis, comprovadas, em valores condizentes com as práticas de mercado com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais, incluindo sucumbência, incorridas para resguardar os interesses dos Titulares dos CRI e realização dos Créditos Imobiliários integrantes do Patrimônio Separado, não compreendidas as despesas de que trata o item 12.9. acima;
- (iv) as eventuais despesas comprovadas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses dos Titulares de CRI e a realização dos Créditos Imobiliários, bem como em razão da cobrança, realização, administração e liquidação do Patrimônio Separado;
- (v) honorários e demais verbas e despesas ao Agente Fiduciário, bem como demais prestadores de serviços eventualmente contratados em razão do exercício de suas funções nos termos deste Termo de Securitização, desde que tais honorários e despesas sejam necessários, razoáveis, comprovados, em valores condizentes com as práticas de mercado;
- (vi) remuneração e todas as verbas devidas às instituições financeiras onde se encontrem

7

abertas as contas correntes integrantes do Patrimônio Separado;

- (vii) despesas com registros e movimentação perante a CVM, B3, Juntas Comerciais e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso, da documentação societária da Emissora relacionada aos CRI, a este Termo de Securitização e aos demais Documentos da Emissão, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos;
- (viii) despesas com a publicação de atos societários da Emissora e necessárias à realização de Assembleias Gerais, na forma da regulamentação aplicável;
- (ix) honorários de advogados, custas e despesas correlatas (incluindo verbas de sucumbência) incorridas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o Patrimônio Separado, desde que tais honorários e despesas sejam necessários, razoáveis, comprovados, em valores condizentes com as práticas de mercado;
- (x) honorários e despesas incorridas na contratação de serviços para procedimentos extraordinários especificamente previstos nos Documentos da Emissão e que sejam atribuídos à Emissora, desde que tais honorários e despesas sejam necessários, razoáveis, comprovados, em valores condizentes com as práticas de mercado;
- (xi) quaisquer tributos ou encargos, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Emissora e/ou ao Patrimônio Separado e que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas neste Termo de Securitização;
- (xiv) as perdas, danos, obrigações ou despesas, razoáveis, comprovados, em valores condizentes com as práticas de mercado, incluindo taxas e honorários advocatícios, arbitrados pelo juiz, resultantes, diretamente da Emissão, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas que: (a) forem resultantes de inadimplemento ou dolo por parte da Emissora ou de seus administradores, empregados, consultores e agentes ou empresas controladas ou coligadas; ou (b) sejam de responsabilidade da Cedente ou puderem ser a ela atribuída como de sua responsabilidade;
- (xv) eventuais despesas referente ao apontamento de pendência financeira junto a qualquer agência de manutenção de cadastros e arquivos organizados de devedores, tais como o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA e quaisquer outras despesas relacionadas às taxas de cobrança desembolsados pela Emissora e/ou pelo Servicer, ambos relacionados aos devedores dos Créditos Imobiliários, incluindo as despesas relacionadas aos honorários dos advogados contratados para assessorar na cobrança judicial e extrajudicial dos Créditos Imobiliários vencidos e não pagos, como também para a defesa de ações extrajudiciais ou judiciais promovidas por devedores dos Créditos Imobiliários, e eventuais taxas cartorárias e/ou do Registro de Imóveis competente necessárias para a execução dos Créditos Imobiliários vencidos e não pagos; e

(xvi) quaisquer outros horários, custos e despesas previstos neste Termo de Securitização, desde que tais honorários e despesas sejam necessários, razoáveis, comprovados, em valores condizentes com as práticas de mercado.

15.2. Constituirão despesas de responsabilidade dos Titulares de CRI, que não incidem no Patrimônio Separado, os tributos previstos na Cláusula Dezesseis, abaixo.

CLÁUSULA DEZESSEIS: TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS INVESTIDORES

16.1. Serão de responsabilidade dos Investidores todos os tributos diretos e indiretos mencionados abaixo, ressaltando-se que os Investidores não devem considerar unicamente as informações contidas a seguir para fins de avaliar o investimento em CRI, devendo consultar seus próprios consultores quanto à tributação específica que sofrerão enquanto Titulares de CRI:

(i) Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

Como regra geral, o tratamento fiscal dispensado aos rendimentos e ganhos relativos a certificados de recebíveis imobiliários é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa.

A partir de 1º de janeiro de 2005, a tributação de rendimentos destes títulos foi alterada, sendo estabelecidas alíquotas diversas em razão do tempo de aplicação dos recursos. Assim, os rendimentos dos certificados dos recebíveis imobiliários serão tributados pelo IRRF às alíquotas de (i) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo de até 180 dias; (ii) 20% (vinte por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo de 361 dias até 720 dias; e (iv) 15% (quinze por cento) quando os investimentos forem realizados com prazo superior a 721 dias.

Não obstante, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de Investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, fundo de investimento, instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada, de capitalização, corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil ou Investidor estrangeiro.

A remuneração produzida por certificados de recebíveis imobiliários, excetuando-se o ganho de capital na alienação ou cessão, detidos por Investidores pessoas físicas a partir de 1º de janeiro 2005, fica isenta do imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual) independentemente da data de emissão do referido certificado. Os ganhos de capital estarão sujeitos ao IRRF conforme as regras aplicáveis a Investidores pessoa física ou pessoa jurídica, no que se refere à tributação de ganhos de capital.

Os Investidores qualificados como pessoas físicas ou pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável. As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declarem sua condição à fonte pagadora. No entanto, estas entidades podem sujeitar-se à tributação pelo IRRF a qualquer tempo, inclusive retroativamente, uma vez que a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de

7

1997, em seu artigo 12, parágrafo 1º, estabelece que a imunidade não abrange os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, de renda fixa ou de renda variável. Este dispositivo legal está suspenso por força de ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional da Saúde.

O IRRF pago por Investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, arbitrado ou real é considerado antecipação, gerando o direito à compensação com o IRPJ apurado em cada período de apuração.

A partir de 1º de janeiro de 2005, sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, bem como de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, haverá dispensa de retenção do imposto de renda incidente na fonte ou pago em separado.

Também, na hipótese de aplicação financeira em certificados de recebíveis imobiliários realizada por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, entidades de previdência complementar abertas (com recursos não derivados das provisões, reservas técnicas e fundos), sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção na fonte e do pagamento do imposto.

Em relação aos Investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento cabível em relação aos rendimentos e ganhos percebidos pelos residentes no País. Por sua vez, há um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos e ganhos auferidos pelos Investidores não residentes cujos recursos adentrarem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014). Nesta hipótese, os rendimentos auferidos por Investidores estrangeiros estão sujeitos à incidência do imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento), ao passo que os ganhos realizados em ambiente bursátil, como a BM&FBOVESPA, são isentos de tributação. Em relação aos investimentos oriundos de países que não tributem a renda ou que a tributem por alíquota inferior a 20% (vinte por cento), em qualquer situação há incidência do imposto de renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

(ii) IOF

Adicionalmente, de uma maneira geral, cumpre lembrar que há a incidência do IOF/Títulos ou Valores Mobiliários, cujo fato gerador será a aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários. Regra geral, para as operações cujo resgate, cessão ou repactuação ocorra após o período de 30 (trinta) dias contados da data de sua aquisição, haverá isenção do IOF/Títulos ou Valores Mobiliários.

Nas operações com certificados de recebíveis imobiliários registrados para negociação na B3, a retenção do imposto incidente sobre rendimentos e ganhos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras titulares de contas individualizadas deve ser efetuada através do próprio sistema.

Os rendimentos e ganhos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras que não possuem contas individualizadas do referido sistema devem ser creditados em suas respectivas contas pela Emissora, cabendo às instituições financeiras titulares das referidas contas a retenção e o recolhimento do IRRF.

A retenção deve ser efetuada por ocasião do pagamento dos rendimentos e ganhos aos Investidores e o recolhimento do IRRF deve ser realizado até o terceiro Dia Útil subsequente ao decêndio de ocorrência do referido pagamento.

(iii) Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS

A contribuição ao PIS e à COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, considerando-se a totalidade das receitas por estas auferidas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas.

No tocante à contribuição ao PIS, é importante mencionar que, de acordo com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, desde 1º de dezembro de 2002: (i) a alíquota foi elevada para 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento); e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras. No mesmo sentido, houve a alteração da sistemática da tributação da COFINS pois de acordo com a Medida Provisória nº 135, convertida na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, desde 1º de fevereiro de 2004: (i) a alíquota foi elevada para 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento); e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras.

A remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários aos Investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido constitui receita financeira. Para os Investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, as receitas financeiras auferidas estão sujeitas à tributação pelo PIS e pela COFINS à alíquota zero, nos termos do Decreto nº 5.442/2005.

No caso dos Investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, a remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários constitui receita financeira, porém, não estão sujeitas à contribuição ao PIS e à COFINS, face a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, revogado em decorrência da anterior declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo pelo plenário do Supremo Tribunal Federal – STF.

É importante ressaltar que no caso das pessoas jurídicas que tenham como atividade principal a exploração de operações financeiras, como, por exemplo, as instituições financeiras e entidades assemelhadas, a remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários é considerada, pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, como receita operacional dessas pessoas jurídicas, estando, portanto, sujeita à

tributação pela contribuição ao PIS e pela COFINS, na forma da legislação aplicável à pessoa jurídica que a auferir.

Sobre os rendimentos auferidos por Investidores pessoas físicas não há qualquer incidência dos referidos tributos.

O pagamento da contribuição ao PIS e da COFINS deve ser efetuado até o vigésimo quinto dia do mês subsequente ao de aferimento da referida receita pelo Investidor em geral, ou até o vigésimo dia do mês subsequente no caso das instituições financeiras e entidades assemelhadas.

CLÁUSULA DEZESSETE: PUBLICIDADE

17.1. Local de Publicação dos Fatos e Atos Relevantes: Os fatos e atos relevantes de interesse dos Titulares dos CRI serão disponibilizados nos prazos legais e/ou regulamentares, através do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais ("IPE"), bem como as convocações para as respectivas Assembleias Gerais, serão objeto de publicação no Jornal Indústria & Comércio, sediado na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, obedecidos os prazos legais e/ou regulamentares. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

17.1.1. As despesas decorrentes do acima disposto serão pagos pela Emissora com recursos do Patrimônio Separado.

CLÁUSULA DEZOITO: REGISTRO DO TERMO

18.1. O presente Termo será registrado na Instituição Custodiante da CCI, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 10.931/04.

CLÁUSULA DEZENOVE: RISCOS

19.1. O investimento em CRI envolve uma série de riscos que deverão ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora, quanto à Cedente e aos próprios CRI, objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas neste Termo, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento. Estão descritos a seguir os riscos, não exaustivos, relacionados, exclusivamente, aos CRI e à estrutura jurídica da presente Emissão:

- (a) Direitos dos Credores da Emissora: a presente Emissão tem como lastro Créditos Imobiliários, os quais constituem Patrimônio Separado do patrimônio comum da Emissora. As Leis nºs 9.514/97 e 10.931/04 possibilitam que os Créditos Imobiliários sejam segregados dos demais ativos e passivos da Emissora. No entanto, como se trata de uma legislação recente, ainda não há jurisprudência firmada com relação ao tratamento dispensado aos demais credores da Emissora no que se refere a créditos

trabalhistas, fiscais e previdenciários, em face do que dispõe o artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001. Por força da norma acima citada, os Créditos Imobiliários e os recursos dele decorrentes, inclusive as Garantias, não obstante serem objeto do Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os detentores destes créditos com os Titulares dos CRI, de forma privilegiada, sobre o produto de realização dos Créditos Imobiliários, em caso de falência. Nesta hipótese, é possível que os Créditos Imobiliários não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRI após o pagamento daqueles credores;

- (b) Pagamento Condicionado e Descontinuidade: as fontes de recursos da Emissora para fins de pagamento aos investidores decorrem direta ou indiretamente: (i) dos pagamentos dos Créditos Imobiliários; e (ii) da liquidação das Garantias da Emissão. Os recebimentos oriundos das alíneas acima podem ocorrer posteriormente às datas previstas para pagamento de juros e amortizações dos CRI, podendo causar descontinuidade do fluxo de caixa esperado dos CRI. Em razão das incertezas econômicas geradas pela atual pandemia de Covid-19 que o País atravessa, é possível que a taxa de atraso e/ou inadimplemento dos Créditos Imobiliários aumente significativamente, podendo gerar um efeito adverso significativo no fluxo de caixa esperado dos CRI. Após o recebimento dos sobreditos recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios legais cabíveis para a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Imobiliários e Garantias, caso estes não sejam suficientes, a Emissora não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar o pagamento de eventuais saldos aos Investidores;
- (c) Risco de crédito da Cedente, dos Fiadores e dos Adquirentes: risco de crédito desta operação encontra-se concentrado na Cedente, nos Fiadores e nos Adquirentes, sendo que os Fiadores somente responderão solidariamente pelo pagamento das Obrigações Afiançadas;
- (d) Ausência de Notificação aos Adquirentes: Os Adquirentes não serão notificados da cessão dos respectivos Créditos Imobiliários à Emissora, observado o previsto no artigo 35 da Lei 9.514, exceto nos casos previstos no Contrato de Cessão. Assim, os Adquirentes não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Créditos Imobiliários diretamente à Emissora até que sejam notificados da referida cessão. Pagamentos feitos a terceiros que não a Emissora, sem o subsequente repasse, ou repassados com atraso, afetariam negativamente a rentabilidade dos CRI;
- (e) Riscos Financeiros: há três espécies de riscos financeiros geralmente identificados em operações de securitização no mercado brasileiro: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de

insuficiência de garantia por acúmulo de atrasos, perdas ou restrições de mercado para realizar a venda de estoque; e (iii) risco de falta de liquidez;

- (f) Risco Tributário: este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação ou majoração de tributos, nova interpretação ou, ainda, interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando a Emissora ou os Titulares dos CRI a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas;
- (g) Risco de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado: os CRI poderão estar sujeitos, na forma definida neste Termo, a eventos de amortização extraordinária total ou resgate antecipado. A efetivação destes eventos poderá resultar em dificuldades de reinvestimento por parte dos investidores à mesma taxa estabelecida como remuneração dos CRI;
- (h) Risco de Estrutura: a presente Emissão tem o caráter de “operação estruturada”; desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte, estipulados através de contratos públicos ou privados tendo por diretriz a legislação em vigor. No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de CRI, em situações de *stress*, poderá haver perdas por parte dos investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual;
- (i) Risco Decorrente de Ações Judiciais: este pode ser definido como o risco decorrente de eventuais condenações judiciais da Cedente e/ou dos Fiadores, nas esferas cível, fiscal e trabalhista, o que pode comprometer a capacidade de pagamento das obrigações assumidas pela Cedente, bem como dos Fiadores;
- (j) Risco em Função da Dispensa de Registro: a Oferta Restrita, distribuída nos termos da Instrução CVM nº 476/09, está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, de forma que as informações prestadas pela Emissora não foram objeto de análise pela referida autarquia federal;
- (k) Riscos de Desapropriação e Sinistro dos Lotes: Existe o risco de os Lotes serem desapropriados pelo poder público, no todo ou parte, bem como de sofrerem sinistro total ou parcial durante o prazo desta operação, podendo prejudicar, assim, a Alienação Fiduciária, os Créditos Imobiliários e o adimplemento dos CRI;
- (l) Baixa Liquidez no Mercado Secundário. O mercado secundário de certificados de recebíveis imobiliários no Brasil apresenta baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRI que permita sua alienação pelos subscritores desses valores mobiliários caso estes decidam pelo desinvestimento. O Investidor que adquirir os CRI poderá encontrar dificuldades para negociá-los no mercado secundário, devendo estar preparado para manter o investimento nos CRI por todo o prazo da Emissão;

- (m) Riscos relacionados à Tributação dos CRI. Atualmente, os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes no país Titulares de CRI estão isentos de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte e de declaração de ajuste anual de pessoas físicas. Porém, tal tratamento tributário tem o intuito de fomentar o mercado de CRI e pode ser alterado ao longo do tempo. Eventuais alterações na legislação tributária, eliminando tal isenção, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidente sobre os CRI, ou ainda a criação de novos tributos aplicáveis aos CRI, poderão afetar negativamente o rendimento líquido dos CRI esperado pelos Investidores;
- (n) Risco da ocorrência de eventos que possam ensejar o inadimplemento ou determinar a antecipação dos pagamentos. A ocorrência de qualquer evento de Recompra Voluntária ou Evento de Retrocessão, bem como de amortização extraordinária ou resgate antecipado dos CRI, acarretará a amortização extraordinária ou o resgate antecipado, conforme o caso, dos CRI, podendo gerar dificuldade de reinvestimento do capital investido pelos investidores à mesma taxa estabelecida para os CRI;
- (o) Risco de não registro das garantias reais e fidejussória da Emissão: A Emissão e a liberação dos recursos à Emissora são realizados enquanto ainda está pendente o registro das garantias de Alienação Fiduciária, da Cessão Fiduciária, e da Fiança perante os órgãos de registro competentes, nos termos dos respectivos contratos, bem como a formalização do aditamento do Contrato de Depósito. A não formalização ou obtenção dos registros acima referidos poderá (i) ocasionar o vencimento antecipado dos CRI, frustrando, portanto, a expectativa dos investidores dos CRI quanto ao investimento realizado, inclusive no que diz respeito ao prazo e à rentabilidade esperados e (ii) poderá gerar dificuldades e/ou impedimentos à execução da mesma;
- (p) Riscos relacionados à redução do valor das Garantias: As Garantias dos CRI podem sofrer desvalorização, reduções, deteriorações e depreciações de modo que seu valor se torne inferior ao saldo devedor dos CRI. Eventuais desvalorizações, reduções, deteriorações e depreciações nas Garantias poderão comprometer a capacidade de pagamento dos CRI, caso seja necessária a execução das garantias;
- (q) Cobrança de juros acima de 12% a.a.: Diante de decisões recentes proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo acerca da impossibilidade da cobrança de juros acima de 12% a.a. (Lei da Usura), em operações de financiamento, existe o risco de referidas decisões serem aplicadas pelo judiciário a operações com estrutura similar a presente Emissão, e, conseqüentemente, a cobrança de juros acima de 12% a.a ser considerada abusiva com base na referida jurisprudência;
- (r) Riscos Relacionados a Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial da Emissora: ao longo do prazo de duração dos CRI, a Emissora poderá estar sujeita a eventos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial. Dessa forma, apesar de terem sido constituídos o Regime Fiduciário e o Patrimônio Separado sobre cada um dos Créditos

Imobiliários, eventuais contingências da Emissora, em especial as fiscais, previdenciárias e trabalhistas, poderão afetar tais créditos imobiliários, principalmente em razão da falta de jurisprudência em nosso país sobre a plena eficácia da afetação de patrimônio;

- (s) Risco do Quórum de deliberação em assembleia geral de Titulares dos CRI: as deliberações a serem tomadas em assembleias gerais de Titulares dos CRI são aprovadas por quóruns qualificados em relação ao CRI. Os Investidores que detenham pequena quantidade de CRI, apesar de discordarem de alguma deliberação a ser votada em assembleia geral de Titulares dos CRI, podem ter que aceitar as decisões tomadas pelos detentores da maioria qualificada dos CRI. Como não há mecanismos de venda compulsória no caso de dissidência do Titular do CRI em determinadas matérias submetidas à deliberação em assembleia geral, os Investidores poderão ser prejudicados em decorrência de deliberações tomadas em desacordo com os seus interesses;
- (t) Risco da existência de Credores Privilegiados: a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor, em seu artigo 76, estabelece que “as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos com relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos”. Ademais, em seu parágrafo único, ela prevê que “desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação”;

Por força da norma acima citada, os Créditos Imobiliários e os recursos dele decorrentes, inclusive as Garantias, não obstante serem objeto do Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os detentores destes créditos com os detentores dos CRI, de forma privilegiada, sobre o produto de realização dos Créditos Imobiliários, em caso de falência. Nesta hipótese, é possível que Créditos Imobiliários não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRI após o pagamento daqueles credores;

- (u) Riscos decorrentes do escopo limitado da análise jurídica: Para fins específicos dessa Oferta Restrita, foi contratado um escritório de advocacia para análise exclusiva dos principais aspectos relacionados aos Documentos da Operação, estritamente no âmbito legal, a fim de viabilizar a Oferta Restrita e não incluiu a aferição da capacidade de pagamento quanto aos Créditos Imobiliários, bem como qualquer conteúdo de natureza financeira, contábil ou de aspecto não jurídico. Portanto, poderão existir pontos não compreendidos no escopo da referida análise que impactem negativamente a Oferta Restrita;

- (v) Risco de Compartilhamento da Conta de Depósito, da Conta Centralizadora e da Conta do Fundo de Reserva: Até que ocorra o resgate antecipado integral dos CRI 23 e 24, a presente Emissão compartilhará a Conta de Depósito, a Conta Centralizadora e a Conta do Fundo de Reserva com os CRI 23 e 24. Em que pese o curto espaço de tempo em que isto ocorrerá, caso haja necessidade, neste curto período, de recursos e/ou execução de obrigações de forma eficiente, tal fato poderá depender de uma ação conjunta e coordenada dos titulares dos CRI das suas emissões afetando, assim, adversamente os interesses dos Titulares de CRI;
- (w) Risco decorrente dos valores que podem ser obtidos com a Fiança: Com relação ao fiadores pessoa jurídica, com base nos Balanços Patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado da Mascarello Participações Ltda é de R\$ 219.547.000,00 (duzentos e dezenove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil reais), sendo certa a possibilidade de existir ou vir a existir garantia fidejussória prestada pelos Fiadores a terceiros;
- (x) Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária: A alienação fiduciária foi contratada sob determinada condição suspensiva. Assim, até a satisfação da condição suspensiva, as Obrigações Afiançadas da Cedente não contarão com a Alienação Fiduciária integralmente. Adicionalmente, a não satisfação da condição suspensiva e, por consequência, a não constituição do ônus de alienação fiduciária sobre parte dos Lotes dos Empreendimentos poderá afetar de forma negativa a garantia das Obrigações Afiançadas da Cedente, inclusive no que se refere ao valor que se poderia auferir caso fosse possível a sua excussão;
- (y) Risco decorrente da transferência dos lotes: Os Lotes poderão ser transferidos para os Adquirentes após a quitação dos respectivos Contrato de Compra e Venda, e consequentemente serão liberados da Alienação Fiduciária. Considerando que os Lotes não serão objeto de laudo de avaliação periódico estabelecendo o valor da quitação, eventuais transferências com desvalorização no valor da quitação poderão comprometer a capacidade de pagamento dos CRI;
- (z) Risco decorrente do pagamento em dação: De acordo com a Cláusula 10.2.2 deste Termo de Securitização e a Cláusula 5.6.2 do Contrato de Cessão, caso o Gatilho de Sobregarantia esteja abaixo de 120% (cento e vinte por cento), em qualquer Data de Verificação do Gatilho de Sobregarantia, a Cedente poderá, dentre outras opções, transferir, por meio de cessão em dação em pagamento, créditos imobiliários adicionais para recompor o Gatilho de Sobregarantia de 120% (cento e vinte por cento). Nesse caso, a Cessionária poderá encontrar dificuldades para selecionar créditos imobiliários originados dos Empreendimentos ou outros empreendimentos de titularidade da Cedente que sejam satisfatórios à Cessionária, o que poderá comprometer a capacidade de pagamento dos CRI;
- (aa) Demais Riscos: Os CRI estão sujeitos às variações e condições dos mercados de atuação da Cedente, que são afetados principalmente pelas condições políticas e

econômicas nacionais e internacionais. Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

CLÁUSULA VINTE: DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A Emissora encaminhará mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia de cada mês, ou Dia Útil subsequente, para a Cedente e para o Agente Fiduciário, os relatórios de gestão dos Créditos Imobiliários vinculados pelo presente Termo, o qual conterá as seguintes informações: (i) balanço fiduciário, (ii) despesas do patrimônio separado, (iii) custos da operação e (iv) relatório contábil dos ativos.

20.2. Na hipótese de qualquer disposição do presente Termo ser julgada ilegal, ineficaz ou inválida, prevalecerão as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza efeitos semelhantes.

CLÁUSULA VINTE E UM: NOTIFICAÇÕES

21.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos deste Termo deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.

Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 3 403, Centro Cívico
Curitiba / PR, CEP 80530-000

At.: Sr. José Augusto Roque

Telefone: (41) 3149-7101; (41) 99931-2040

E-mail: jose.roque@ethosgroup.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304
Rio de Janeiro – RJ, CEP 22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srta. Marcelle Santoro / Srta. Karolina Vangelotti

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio eletrônico: assembleias@pentagonotrustee.com.br

21.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas (i) sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, por fax, por telegrama ou por e-mail, nos endereços mencionados neste Termo ou (ii) por correio eletrônico, com confirmação eletrônica de recebimento, para os Investidores que assim optarem, devendo ser encaminhadas aos endereços eletrônicos que venham a ser oportunamente informados por tais Investidores. Cada parte deverá comunicar às outras a mudança de seu

endereço.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para resolver quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Termo.

O presente Termo é firmado em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Curitiba - PR, 25 de junho de 2020.

(Assinaturas seguem na próxima página.)

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

7

(Página de assinaturas do Termo de Securitização da 35ª e 36ª da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Logos Companhia Securitizadora S.A., firmado entre esta e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 25 de junho de 2020.)

José Augusto Roque

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.

Marcelle Motta Santoro

Marcelle Motta Santoro
Diretora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Testemunha 1:

Testemunha 2:

Edmilson Oliveira Leite

Nome: Edmilson Oliveira Leite
RG: R.G.: 3.270.727-0 PR
CPF/MF: CPF: 470.720.329-91

Ricardo Santos da Rosa

Nome: Ricardo Santos da Rosa
RG: RG: 10.453.156-3
CPF/MF: CPF: 091.176.279-58

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE PARA FINS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 23 DA LEI Nº 10.931/04

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Instituição Custodiante"), na qualidade de instituição custodiante do *Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais, sem Garantias Reais, sob a Forma Escritural, da Logos Companhia Securitizadora S.A.*, celebrado, 25 de junho de 2020 ("Escritura de Emissão de CCIs"), **DECLARA**, para os fins do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 10.931/04, que lhe foi entregue para custódia a Escritura de Emissão de CCIs e que sua vinculação aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente) da **LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 e 403, Centro Cívico, CEP 80530-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.851.496/0001-35 ("Emissora") foi realizada por meio do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão, firmado entre a Emissora e a Instituição Custodiante, na qualidade de Agente Fiduciário, em 25 de junho de 2020 ("Termo de Securitização"), tendo sido instituído, conforme previsto no Termo de Securitização, o regime fiduciário pela Emissora, no Termo de Securitização, sobre as CCI e os respectivos Créditos Imobiliários, nos termos da Lei nº 9.514/97. Regime Fiduciário este ora registrado nesta Instituição Custodiante, que **DECLARA**, ainda, que o Termo de Securitização e a Escritura de Emissão de CCIs encontram-se registrado e custodiada, respectivamente, nesta Instituição Custodiante, nos termos dos artigos 18, § 4º e 23, parágrafo único, da Lei nº 10.931/04.

Cascavel - PR, 25 de junho de 2020.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição Custodiante

7

ANEXO III – DECLARAÇÃO DA SECURITIZADORA

(PREVISTA NA FORMA DO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM Nº 414/04)

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, 776, Conjuntos 401, 402 e 403, Centro Cívico, CEP 80530-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.851.496/0001-35, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão da Logos Companhia Securitizadora S.A. ("Emissora", "CRI" e "Emissão", respectivamente), nos termos do Item 15 do Anexo III à Instrução CVM nº 414/2004, declara, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com o agente fiduciário da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas pela Emissora no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão.

Curitiba – PR, 25 de junho de 2020.

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.

Emissora

7

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

(PREVISTA NA FORMA DO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM Nº 414/04)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de Agente Fiduciário dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão da Logos Companhia Securitizadora S.A. ("CRI" e "Emissão", respectivamente), nos termos do Item 15 do Anexo III à Instrução CVM nº 414/2004, declara, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a emissora dos CRI, a legalidade e ausência de vícios da operação, além de agido com diligência para verificar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas pela emissora dos CRI no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão.

São Paulo – SP, 25 de junho de 2020.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Fiduciário

7

ANEXO V
CURVA DE AMORTIZAÇÃO DOS CRI NA DATA DE EMISSÃO

7

ANEXO V-A
CURVA DE AMORTIZAÇÃO DOS CRI SENIORES

Evento	Data	Juros	Amortização
1	20/07/2020	Incorpora	0,0000%
2	20/08/2020	Incorpora	0,0000%
3	20/09/2020	Incorpora	0,0000%
4	20/10/2020	Sim	2,8750%
5	20/11/2020	Sim	2,7975%
6	20/12/2020	Sim	3,5875%
7	20/01/2021	Sim	3,4311%
8	20/02/2021	Sim	3,2714%
9	20/03/2021	Sim	2,9728%
10	20/04/2021	Sim	3,0683%
11	20/05/2021	Sim	3,1073%
12	20/06/2021	Sim	3,0069%
13	20/07/2021	Sim	3,0440%
14	20/08/2021	Sim	3,1075%
15	20/09/2021	Sim	3,1638%
16	20/10/2021	Sim	4,4735%
17	20/11/2021	Sim	3,5800%
18	20/12/2021	Sim	3,6682%
19	20/01/2022	Sim	3,7531%
20	20/02/2022	Sim	3,8823%
21	20/03/2022	Sim	3,9818%
22	20/04/2022	Sim	4,1362%
23	20/05/2022	Sim	4,2405%
24	20/06/2022	Sim	4,3262%
25	20/07/2022	Sim	4,4190%
26	20/08/2022	Sim	4,4721%
27	20/09/2022	Sim	4,6498%
28	20/10/2022	Sim	4,5214%
29	20/11/2022	Sim	4,6370%
30	20/12/2022	Sim	4,6139%
31	20/01/2023	Sim	4,7496%
32	20/02/2023	Sim	4,8561%
33	20/03/2023	Sim	4,9827%
34	20/04/2023	Sim	5,2718%
35	20/05/2023	Sim	5,2864%
36	20/06/2023	Sim	5,3803%
37	20/07/2023	Sim	5,5773%
38	20/08/2023	Sim	5,6884%
39	20/09/2023	Sim	5,8944%
40	20/10/2023	Sim	6,1996%

Evento	Data	Juros	Amortização
41	20/11/2023	Sim	6,5271%
42	20/12/2023	Sim	6,8212%
43	20/01/2024	Sim	7,1834%
44	20/02/2024	Sim	7,6558%
45	20/03/2024	Sim	8,1038%
46	20/04/2024	Sim	8,6189%
47	20/05/2024	Sim	9,2011%
48	20/06/2024	Sim	9,8621%
49	20/07/2024	Sim	10,7277%
50	20/08/2024	Sim	11,6318%
51	20/09/2024	Sim	12,8099%
52	20/10/2024	Sim	14,3971%
53	20/11/2024	Sim	16,4237%
54	20/12/2024	Sim	18,9525%
55	20/01/2025	Sim	23,0340%
56	20/02/2025	Sim	29,7797%
57	20/03/2025	Sim	41,9928%
58	20/04/2025	Sim	71,7957%
59	20/05/2025	Sim	100,0000%

7

ANEXO V-B
CURVA DE AMORTIZAÇÃO DOS CRI SUBORDINADOS

Evento	Data	Juros	Amortização
1	20/07/2020	Incorpora	0,0000%
2	20/08/2020	Incorpora	0,0000%
3	20/09/2020	Incorpora	0,0000%
4	20/10/2020	Sim	0,0000%
5	20/11/2020	Sim	0,0000%
6	20/12/2020	Sim	0,0000%
7	20/01/2021	Sim	0,0000%
8	20/02/2021	Sim	0,0000%
9	20/03/2021	Sim	0,0000%
10	20/04/2021	Sim	0,0000%
11	20/05/2021	Sim	0,0000%
12	20/06/2021	Sim	0,0000%
13	20/07/2021	Sim	0,0000%
14	20/08/2021	Sim	0,0000%
15	20/09/2021	Sim	0,0000%
16	20/10/2021	Sim	0,0000%
17	20/11/2021	Sim	0,0000%
18	20/12/2021	Sim	0,0000%
19	20/01/2022	Sim	0,0000%
20	20/02/2022	Sim	0,0000%
21	20/03/2022	Sim	0,0000%
22	20/04/2022	Sim	0,0000%
23	20/05/2022	Sim	0,0000%
24	20/06/2022	Sim	0,0000%
25	20/07/2022	Sim	0,0000%
26	20/08/2022	Sim	0,0000%
27	20/09/2022	Sim	0,0000%
28	20/10/2022	Sim	0,0000%
29	20/11/2022	Sim	0,0000%
30	20/12/2022	Sim	0,0000%
31	20/01/2023	Sim	0,0000%
32	20/02/2023	Sim	0,0000%
33	20/03/2023	Sim	0,0000%
34	20/04/2023	Sim	0,0000%
35	20/05/2023	Sim	0,0000%
36	20/06/2023	Sim	0,0000%
37	20/07/2023	Sim	0,0000%
38	20/08/2023	Sim	0,0000%
39	20/09/2023	Sim	0,0000%
40	20/10/2023	Sim	0,0000%

Evento	Data	Juros	Amortização
41	20/11/2023	Sim	0,0000%
42	20/12/2023	Sim	0,0000%
43	20/01/2024	Sim	0,0000%
44	20/02/2024	Sim	0,0000%
45	20/03/2024	Sim	0,0000%
46	20/04/2024	Sim	0,0000%
47	20/05/2024	Sim	0,0000%
48	20/06/2024	Sim	0,0000%
49	20/07/2024	Sim	0,0000%
50	20/08/2024	Sim	0,0000%
51	20/09/2024	Sim	0,0000%
52	20/10/2024	Sim	0,0000%
53	20/11/2024	Sim	0,0000%
54	20/12/2024	Sim	0,0000%
55	20/01/2025	Sim	0,0000%
56	20/02/2025	Sim	0,0000%
57	20/03/2025	Sim	0,0000%
58	20/04/2025	Sim	0,0000%
59	20/05/2025	Sim	3,1230%
60	20/06/2025	Sim	5,3587%
61	20/07/2025	Sim	5,6286%
62	20/08/2025	Sim	5,9193%
63	20/09/2025	Sim	6,2960%
64	20/10/2025	Sim	6,5551%
65	20/11/2025	Sim	6,8832%
66	20/12/2025	Sim	7,3141%
67	20/01/2026	Sim	7,7219%
68	20/02/2026	Sim	8,3370%
69	20/03/2026	Sim	9,0174%
70	20/04/2026	Sim	9,7944%
71	20/05/2026	Sim	100,0000%

7